

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/UFSJ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva, de vigilância desarmada, a pé e motorizada, para períodos diurno e noturno, em todas as áreas dentro dos limites de todos os campi e unidades da Universidade Federal de São João del Rei, doravante denominada UFSJ, sediados em São João del Rei, Ouro Branco, Divinópolis e Sete Lagoas, todos em Minas Gerais, incluindo a contratação de serviços de supervisão, somente para São João del Rei, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento :

Grupo	Item	Descrição / especificação	Unidade de medida	Quant. de funcionários por posto	Quant de postos	Valor total mensal máximo aceitável	Valor total anual máximo aceitável
1	1	Posto de vigilância desarmada diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campi de São João del Rei	posto	2	8	R\$ 99.306,99	R\$ 1.191.683,84
	2	Posto de vigilância desarmada noturno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campi de São João del Rei	Posto	2	6	R\$ 86.905,88	R\$ 1.042.870,56
	3	Posto de vigilância desarmada motorizado diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campi de São João del Rei	Posto	2	2	R\$ 26.068,01	R\$ 312.816,16
	4	Posto de vigilância desarmada motorizado noturno , de segunda-feira a domingo, 12x36 -	Posto	2	2	R\$ 30.216,53	R\$ 362.598,40

		Campi de São João del Rei					
	5	Posto de vigilância desarmada, de segunda-feira à sexta-feira, 44h semanais com 2 horas de adicional noturno - Campi de São João del Rei	Posto	1	9	R\$ 60.494,94	R\$ 725.939,28
	6	Posto de vigilância desarmada, de segunda-feira à sexta-feira, 44h semanais diurno - Campi de São João del Rei	Posto	1	3	R\$ 18.944,29	R\$ 227.331,48
	7	Supervisor de operações 44h semanais de segunda-feira à sexta-feira - Campi de São João del Rei	Posto	1	1	R\$ 8.488,47	R\$ 101.861,60
VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL – GRUPO 1							R\$ 3.965.101,32
2	8	Posto de vigilância desarmada diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Alto do Paraopeba (Ouro Branco)	Posto	2	1	R\$ 12.278,95	R\$ 147.347,44
	9	Posto de vigilância desarmada noturno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Alto do Paraopeba (Ouro Branco)	Posto	2	1	R\$ 14.327,47	R\$ 171.929,68
	10	Posto de vigilância desarmada motorizado diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Alto do Paraopeba (Ouro Branco)	Posto	2	1	R\$ 12.893,10	R\$ 154.717,20
	11	Posto de vigilância desarmada motorizado noturno , de segunda-feira à sexta-feira, 12x36 - Campus Alto do Paraopeba (Ouro Branco)	Posto	2	1	R\$ 14.941,61	R\$ 179.299,36
	12	Posto de vigilância	Posto	1	1	R\$ 6.341,19	R\$ 76.094,24

		desarmada, de segunda-feira à sexta-feira, 44h semanais diurno - Campus Alto do Paraopeba (Ouro Branco)					
	13	Posto de vigilância desarmada, de segunda-feira à sexta-feira, 44h semanais com 2 horas de adicional noturno - Campus Alto do Paraopeba (Ouro Branco)	Posto	1	1	R\$ 6.656,76	R\$ 79.881,08
VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL – GRUPO 2							R\$ 809.269,00
3	14	Posto de vigilância desarmada diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Centro Oeste Dona Lindu (Divinópolis)	Posto	2	2	R\$ 24.116,24	R\$ 289.394,88
	15	Posto de vigilância desarmada noturno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Centro Oeste Dona Lindu (Divinópolis)	Posto	2	2	R\$ 28.126,44	R\$ 337.517,28
VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL – GRUPO 3							R\$ 626.912,16
4	16	Posto de vigilância desarmada diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Sete Lagoas - Sete Lagoas	Posto	2	1	R\$ 12.413,37	R\$ 148.960,48
	17	Posto de vigilância desarmada noturno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Sete Lagoas - Sete Lagoas	Posto	2	2	R\$ 28.968,63	R\$ 347.623,52
	18	Posto de vigilância desarmada motorizado diurno , de segunda-feira a domingo, 12x36 - Campus Sete Lagoas - Sete Lagoas	Posto	2	1	R\$ 12.979,33	R\$ 155.751,92
	19	Posto de vigilância desarmada motorizado noturno ,	Posto	2	1	R\$ 15.057,10	R\$ 180.685,20

	se segunda-feira a sexta-feira, 12x36 - Campus Sete Lagoas - Sete Lagoas					
VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL – GRUPO 4						R\$ 833.021,12

RESUMO		
GRUPO	VALOR TOTAL MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	R\$ 330.425,11	R\$ 3.965.101,32
2	R\$ 67.439,08	R\$ 809.269,00
3	R\$ 52.242,68	R\$ 626.912,16
4	R\$ 69.418,43	R\$ 833.021,12
TOTAL	R\$ 519.525,30	R\$ 6.234.303,60

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de vigilância patrimonial desarmada
- 1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará, como regime de execução, a empreitada por preço global, conforme art. 6º, inc. VIII, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que houve estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõe o objeto neste termo e seus anexos, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros. Entretanto, observa-se que será adotado instrumento com medição periódica de resultado para a verificação da conformidade da prestação dos serviços com a obrigação ajustada.
- 1.5. A licitação será dividida em grupos, formado por dois ou mais itens, conforme tabela acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo obrigatoriamente oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 1.6. O critério de julgamento será o menor valor global de cada grupo, porém não serão aceitas propostas com valores acima dos preços máximos definidos por item, sob pena de desclassificação da proposta.
- 1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Anexo I - Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de serviços de vigilância desarmada a pé e motorizada, diurna e noturna, 24 horas por dia, com escalas 12x36, de segunda a domingo, envolvendo 2 (dois) profissionais por posto e 44h semanais, de segunda à sexta feira, envolvendo 1 profissional por posto, todos para atendimento da demanda de segurança patrimonial nas dependências das unidades físicas da UFSJ localizadas nas cidades de São João del Rei, Ouro Branco, Divinópolis e Sete Lagoas. Somente em São João del Rei, devido à quantidade de vigilantes, haverá prestação de serviços de 1 (um) supervisor. Haverá vigilância motorizada nas cidades de São João del Rei (Campus Dom Bosco e Campus Tancredo Neves), Ouro Branco e Sete Lagoas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Poderão participar do processo de licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desse estudo, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art 9º da IN SEGES/MP nº 03, de 2018, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 3.555/2000 e demais legislações correlatas em vigor.

- 5.1.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 5.1.3. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente, conforme exposto no item 23 deste termo.
- 5.1.3.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 5.1.3.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 5.1.3.3. Comprovar autorização de funcionamento através de alvará de autorização de funcionamento ou alvará de revisão de autorização de funcionamento emitido por parte do Departamento de Polícia Federal, com prazo de até um ano a contar da publicação no Diário Oficial da União, que autorize o funcionamento nos limites do Estado de Minas Gerais, conforme Lei nº 7.102/1983 e Portaria DPF nº 3.233/2012.
- 5.1.3.4. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 7.102/1983 e Portaria DPF nº 3.233/2012.
- 5.1.4. Dos requisitos do vigilante
- 5.1.4.1. A conscientização e a disciplina do profissional de segurança quanto a sua função são indispensáveis para que se possa fazer o controle e a fiscalização dos imóveis vigiados com a real sensação de segurança por todos.
- 5.1.4.2. Cabe ao vigilante o efetivo controle de tudo que diz respeito à ordem interna; a regularidade das instalações; o controle das entradas proibidas; das entradas permitidas; o controle da circulação interna; o fiel cumprimento das normas internas da CONTRATANTE; o controle do material sob sua responsabilidade; o registro das ocorrências internas; a imediata comunicação a seu superior de qualquer incidente; o devido zelo com a apresentação pessoal; a postura e o comportamento de acordo com os padrões sociais, dentre outras atribuições peculiares a sua função.

5.1.4.3. As técnicas e táticas de atuação para a funcionalidade do sistema de segurança são de fundamental importância. O vigilante deve ser organizado e disciplinado nas suas funções de modo a nunca se omitir de fiscalizar, controlar e vigiar, estando sempre comprometido com a segurança, a dignidade e a satisfação do usuário final

5.1.4.4. Para atender os requisitos acima descritos, a CONTRATADA deverá recrutar, em seu nome e sob sua responsabilidade, os vigilantes necessários para prestar serviços de vigilância desarmada, fixa e motorizada, nas dependências da CONTRATANTE, atendendo a todos os requisitos listados a seguir:

- a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado
- b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos
- c) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilantes, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada, nos termos da Lei nº 7.102/83
- d) Estar com o curso de reciclagem atualizado e possuir a Carteira Nacional de Vigilante (CNV) ou protocolo de requerimento, enquanto não for expedida a CNV.
- e) Ter concluído o ensino fundamental.
- f) Possuir idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal de onde reside, bem como do local em que realizado o curso de formação, reciclagem ou extensão: da Justiça Federal; da Justiça Estadual ou do Distrito Federal; da Justiça Militar Federal; da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal e da Justiça Eleitoral
- g) Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica
- h) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares
- i) Apresentar polidez no atendimento
- j) Iniciativa e boa fluência verbal
- k) Facilidade de relacionamento e capacidade de trabalho em equipe.
- l) Demonstrar aptidão, descrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades
- m) Os profissionais designados como condutores das motocicletas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação em plena validade na categoria específica.

5.1.5. Dos requisitos do supervisor

- a) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilantes, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada, nos termos da Lei nº 7.102/83.
- b) Possuir a Carteira Nacional de Vigilante (CNV)
- c) Ensino médio completo
- d) Curso básico de qualificação profissional de no mínimo 200 horas-aula para supervisor de vigilantes
- e) Estar sempre motivado e ser capaz de motivar seus subordinados
- f) Ser determinado no cumprimento de suas atribuições
- g) Capaz de transmitir confiança e firmeza a seus subordinados
- h) Possuir espírito de liderança
- i) Possuir conhecimento técnico e prático
- j) Possuir capacidade analítica
- k) Possuir polidez, organização e postura
- l) Ser proativo e dinâmico
- m) Ser versátil para saber lidar com vários tipos de situações que o cargo exige
- n) Possuir bom relacionamento interpessoal

5.1.6. A Contratada deverá, às suas expensas, preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços contratados, promovendo cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho, de acordo com a legislação vigente, observada, ainda, a necessidade da CONTRATANTE.

5.1.7. A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, curso de capacitação, descanso semanal, licença, greve, faltas ao serviço, demissão de empregados e outros casos análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

5.1.8. O serviço possui natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra. Os serviços prestados são de forma contínua, pela sua essencialidade, visando atender à necessidade do público de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e contribuindo para o bom funcionamento das atividades finalísticas da Instituição. Sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional. É com dedicação exclusiva de mão de obra uma vez

que os empregados da Contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão. A execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e supervisionada pela UFSJ.

5.1.9. Não há necessidade da Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que as especificidades necessárias ao desenvolvimento do serviço serão repassadas através de setor competente da UFSJ.

5.1.10. Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.10.1. Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a empresa Contratada Instrumento de Medição de Resultado para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento, se necessário, no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;

5.1.10.2. A Contratada deverá adotar práticas de gestão que garantem os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

5.1.10.3. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil, na seleção de vigilantes no quadro da empresa;

5.1.10.4. É de responsabilidade da Contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente;

5.1.10.5. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

5.1.10.6. Elaborar e implementar programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

5.1.10.7. Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Riscos Ambientais (PPRA) com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

5.1.10.8. Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

5.1.10.9. É obrigação da Contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

5.1.10.10. É dever da Contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para

economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

- 5.1.10.11. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- 5.1.10.12. A Contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- 5.1.10.13. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;
- 5.1.10.14. A Contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- 5.1.10.15. A Contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade;
- 5.1.10.16. Só será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por veículos automotores (PROCONVE)/ Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível;
- 5.1.10.17. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;
- 5.1.10.18. A Contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- 5.1.10.19. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999;
- 5.1.10.20. Apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, os comprovantes de cumprimento das práticas elencadas acima;
- 5.1.10.21. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual,

para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.1.11. A contratação inicial será de 12 meses, período padrão para análise da qualidade dos serviços prestados e decisão de continuidade com a empresa Contratada, mediante verificações de padrão de qualidade e atingimento de metas preestabelecidas, além dos demais critérios previstos em lei.

5.1.12. Em caso de prorrogação contratual serão excluídos e/ou reduzidos, da planilha de custos e formação de preços, os custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, conforme legislação vigente.

5.2. Os serviços de vigilância deverão ser executados por profissionais qualificados nos termos da Lei nº 7.102/1983, pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

5.2.1. Vigilante - 5173-30

5.2.2. Supervisor - 5103-10 (somente para o grupo 1)

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e 14h às 17h, nos seguintes endereços:

- a) **GRUPO 1** - São João del Rei: Setor de Segurança Institucional - Praça Frei Orlando, 170 – Centro
- b) **GRUPO 2** - Ouro Branco: Setor de materiais e serviços - Rodovia MG 443, km 07
- c) **GRUPO 3** – Setor de Serviços Gerais – Rua Sebastião Gonçalves Coleho, 400
- d) **GRUPO 4** - Sete Lagoas: Setor de Serviços Gerais - Rodovia MG 424, km 65

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Para a vistoria o licitante deverá agendar a visita previamente através dos seguintes telefones:

- a) **GRUPO 1** - São João del Rei - (32) 3379-5409 – seguranca@ufsj.edu.br
- b) **GRUPO 2** - Ouro Branco - (31) 3749-7302 – dipre.cap@ufsj.edu.br
- c) **GRUPO 3** – Divinópolis – (37) 3690-4455 – diprecco@ufsj.edu.br
- d) **GRUPO 4** - Sete Lagoas - (31) 3775-5520 – cacsl@ufsj.edu.br

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Após a assinatura do contrato, deverá ocorrer reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.2. A Contratada deverá formalmente designar um Preposto antes do início da prestação dos serviços.

7.1.3. A empresa deverá apresentar os seguintes laudos, no início da prestação dos serviços e sempre que solicitado:

- a) PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambiental
- b) PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
- c) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional

7.1.4. Os serviços de vigilância desarmada serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança e rondas a pé e motorizadas em todas as áreas dentro dos limites dos campi universitários.

- 7.1.5. Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de toda a mão de obra, matérias de consumo, equipamentos, utensílios e ferramentas necessários à sua execução, e ainda com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicáveis.
- 7.1.6. Os serviços deverão ser prestados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da Contratada nas dependências da UFSJ, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 7.1.7. Somente para os campi de São João del Rei haverá um supervisor, em razão do número de vigilantes.
- 7.1.8. Os serviços deverão ser executados 24 horas por dia, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, de segunda-feira a domingo e em escalas de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de segunda-feira à sexta-feira em horários definidos neste Termo de Referência, conforme os tipos de escala previamente previstos em cada grupo.
- 7.1.9. A Contratante poderá remanejar os postos de cada grupo, dentro de suas dependências, de acordo com sua necessidade, desde que não haja reflexos financeiros à Contratada, exceto entre cidades no caso de um mesmo vencedor em mais de um grupo.
- 7.1.10. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração, comunicada ao preposto que deverá repassar aos demais postos para ser cumprida pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.
- 7.1.11. É de responsabilidade da Contratante, observadas recomendações da Contratada, a orientação sobre os trajetos e postos fixos a serem percorridos e ocupados pelos vigilantes, sobre os pontos de controle para a fiscalização e inspeção, bem como sobre os eventos a serem monitorados durante o percurso e em cada ponto de controle.
- 7.1.12. As rondas motorizadas deverão ser realizadas diariamente nos períodos diurnos e noturnos nos seguintes locais e respectivas quilometragens:

GRUPO	CIDADE	CAMPUS	KM - média
1	São João del Rei	Campus Tancredo neves	40 km por turno
		Campus Dom Bosco	40 km por turno
2	Ouro Branco	Campus Alto do Paraopeba	40 km por turno
4	Sete Lagoas	Campus Sete Lagoas	30 km por turno

7.1.13. Como a quilometragem impacta diretamente no consumo de combustível, as rondas motorizadas deverão respeitar as médias previstas no item anterior, sendo aceitos números máximos e mínimos, como a seguir:

GRUPO	CIDADE	CAMPUS	KM MÁXIMA	KM MÍNIMA
1	São João del Rei	Campus Tancredo Neves	40,8 (quarenta vírgula oito)	39,2 (trinta e nove vírgula dois)
		Campus Dom Bosco	40,8 (quarenta vírgula oito)	39,2 (trinta e nove vírgula dois)
2	Ouro Branco	Campus Alto do Paraopeba	40,8 (quarenta vírgula oito)	39,2 (trinta e nove vírgula dois)
4	Sete Lagoas	Campus Sete Lagoas	30,6 (trinta vírgula seis)	29,4 (vinte e nove vírgula quatro)

7.1.14. Somente será pago o consumo de combustível resultante das rondas motorizadas realizadas até os limites máximos estipulados no item anterior. Caso as rondas motorizadas extrapolem estes limites, deve a Contratada arcar com o ônus do excedente.

7.1.15. A ronda com veículo, não é um mero deslocamento para se atingir uma determinada quilometragem num determinado espaço de tempo e sim uma atividade de observação móvel, que busca identificar e analisar situações suspeitas e de criar uma sensação de presença da segurança patrimonial junto à população.

7.1.16. Haverá rotas amplas e reduzidas intercaladas ao longo dos turnos, as quais totalizarão a quilometragem exposta no item anterior. As mesmas serão repassadas pela fiscalização técnica de cada campus.

7.1.17. Os serviços de vigilância motorizado devem, além de realizar rondas com o veículo, nas áreas externas dentro dos limites dos campi, também devem verificar outros pontos específicos a pé, numa rotina de fiscalização, inspeção e averiguação sistemática e periódica.

7.1.18. Os horários e frequência de percurso das rotas poderão ser alterados conforme conveniência da Administração e/ou necessidades operacionais, visando garantir a efetividade da vigilância.

7.1.19. O uso e guarda de todos os equipamentos utilizados pelos postos de vigilância são de responsabilidade da Contratada.

7.2. A execução dos serviços será iniciada no dia **1º de janeiro de 2021**, desde que assinado o contrato em tempo hábil, ou em até 24 horas contadas da assinatura do contrato, caso esta ocorra em data posterior a 1º de janeiro, através de ordem de serviço, devendo a Contratada alocar a mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários fixados neste termo, informando tempestivamente qualquer motivo que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

7.3. Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, seguem as rotinas, atribuições e obrigações com relação aos serviços do vigilante e do supervisor;

7.3.1. Atribuições, tarefas rotineiras e obrigações do vigilante: (as atribuições referentes ao vigilante motorizado dizem respeito somente aos grupos 1, 2 e 4)

- I. Apresentar-se devidamente uniformizado(a), asseado(a), barbeado se masculino e com unhas aparadas, cabelos cortados se masculino ou presos se feminino.
- II. Assumir o posto com todos os equipamentos e acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.
- III. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato.
- IV. Não participar, no âmbito da contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.
- V. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- VI. Manter afixado no posto de trabalho, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- VII. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas necessárias conforme orientação recebida da Administração;
- VIII. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- IX. Abrir e fechar as cancelas/portões de acesso aos campi, fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares em áreas restritas, quando for o caso;
- X. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, quando for o caso;

- XI. Instruir e orientar particulares sobre as regras do estacionamento na sua entrada, inspecionar os veículos no estacionamento e garagem, contatar proprietários dos veículos quando irregularmente estacionados;
- XII. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- XIII. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, exceto quando autorizado, comunicando o fato à segurança da Administração, no caso de desobediência;
- XIV. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco dos serviços e das instalações;
- XV. Executar a(s) ronda(s) diária(s), internas e periféricas, inclusive com registro eletrônico de passagem por pontos estratégicos, quando aplicado, conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade, inclusive verificando portas e janelas;
- XVI. Relatar avarias nas instalações,
- XVII. Inspecionar os veículos nos estacionamentos;
- XVIII. Informar ao setor responsável pela manutenção dos elevadores em caso de desempenho anormal dos mesmos
- XIX. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- XX. Comunicar à Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco à integridade da comunidade acadêmica, bem como ao patrimônio da mesma;
- XXI. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, SAMU, órgãos de trânsito e demais autoridades competentes, quando da ocorrência de ordem policial e sinistros dentro das instalações da Administração, facilitando ao máximo possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação, em caso de necessidade, de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- XXII. Manter-se no posto, não devendo se afastar (em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- XXIII. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando a troca de turno, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- XXIV. Operar e monitorar os sistemas e equipamentos de CFTV disponibilizado pela Contratante;
- XXV. Organizar e orientar o tráfego de pessoas, impedindo a entrada das que se apresentem de modo inconveniente, reprimindo os maus usuários do prédio.
- XXVI. Não permitir a ocupação total ou parcial do hall, corredores ou áreas comuns, que deem acesso a extintores de incêndio ou hidrantes.

- XXVII. Prestar orientações nos casos de emergência de forma a garantir a evacuação das instalações e prestar primeiros socorros, se for o caso, e a manter as condições de segurança;
- XXVIII. Interditar e desinterditar áreas em caso de incêndios, acidentes, obras, sabotagens e outras ocorrências, conforme determinações da Contratante;
- XXIX. Conferir, diariamente, todos os extintores de incêndio, verificando manômetros e lacres, quadros de distribuição de energia, registros de água, relatando em livro de ocorrência quaisquer irregularidades encontradas no que tange violação ou dano para posterior reparo por pessoas qualificadas.
- XXX. Ligar e desligar a iluminação externa e interna, incluindo corredores, salas de aula, salas de professores, salas administrativas, laboratórios e auditórios, e demais locais, conforme orientações da Contratante;
- XXXI. Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instrução em contrário;
- XXXII. Orientar o deslocamento de pessoas, prestar informações ao público em geral, informar sobre as normas internas, orientar sobre eventos nas instalações da CONTRATANTE, informar a localização dos serviços e pessoas, observar a movimentação de pessoas pela redondeza e acionar o supervisor nas ocorrências de natureza suspeita, conforme orientação específica de cada posto;
- XXXIII. Manter o quadro de chaves, controlando sua guarda e uso na abertura e fechamento de portas e janelas, conforme orientação específica de cada posto;
- XXXIV. Ao assumir postos na portaria, atentar para todos os procedimentos corretos para controle dos claviculários;
- XXXV. Manter o autocontrole, buscando utilizar da força física somente em casos de legítima defesa ou na defesa de terceiros, depois de esgotados todos os outros meios;
- XXXVI. Não fornecer informações de seu local de serviço a qualquer pessoa, como rotina de trabalho, funcionamento da unidade/órgão, assunto sigiloso, etc;
- XXXVII. Não usar o nome da direção unidade/órgão para qualquer fim, sem que isto esteja devidamente autorizado;
- XXXVIII. Não fazer manifestações de despreço sobre seus colegas, inclusive pela comunicação por rádio;
- XXXIX. Conduzir as motocicletas com todos os equipamentos de proteção individual (EPI)
- XL. Não permitir a utilização de instrumentos, equipamentos de som, de vídeo entre outros que provoquem poluição sonora e/ou visual nas dependências da CONTRATANTE, salvo quando devidamente autorizados;
- XLI. Atuar, sempre que necessário, em situações emergenciais, utilizando e acionando os meios disponíveis;
- XLII. Acionar os dispositivos de segurança em caso de incêndio e/ou qualquer fato, ocorrência ou fenômeno que coloque em risco os colaboradores, os serviços e/ou o patrimônio como um todo, dando imediato conhecimento à CONTRATANTE;

- XLIII. Auxiliar nas atividades de prevenção e combate a incêndios ou outros sinistros segundo orientações específicas visando à segurança física de pessoas, instalações e patrimônio;
- XLIV. Não utilizar instrumentos ou equipamentos de uso pessoal (áudio e/ou vídeo, computadores, smartphones etc.) durante o cumprimento da jornada de trabalho, de modo a desviar a atenção ou perturbar as rotinas de vigilância no posto;
- XLV. Em caso de vazamento de água, falhas no sistema elétrico, princípio de incêndio, inundações, queda de árvores, descargas atmosféricas, intempérie e outros eventos que possam oferecer risco às pessoas ou ao patrimônio público, comunicar imediatamente ao supervisor e à Contratante, isolando as áreas afetadas quando necessário.
- XLVI. No caso de ação de criminosos, a CONTRATADA deverá comunicar de imediato à CONTRATANTE, pela via mais rápida possível, e apresentar relatório específico relatando de forma circunstanciada e pormenorizada, todos os fatos, situações e informações envolvendo a ocorrência;
- XLVII. Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, de acordo com as permissões fornecidas pela CONTRATANTE, impedindo a retirada de qualquer volume ou objeto dos imóveis, sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, devidamente identificada com carimbo, contendo nome e função de colaborador da CONTRATANTE, a qual deverá ficar retida no posto e/ou anotada em livro próprio;
- XLVIII. Verificar e colaborar com outros funcionários terceirizados responsáveis e com os servidores, ao término do expediente, se as portas, janelas e arquivos estão fechados e se os aparelhos eletrônicos estão desligados;
- XLIX. Cientificar-se junto à Contratada sobre a localização dos quadros de distribuição de energia elétrica das unidades administrativas inseridas na área de abrangência do posto aonde presta serviços, para fazer o desligamento quando do término do expediente cotidiano, como também, agindo com a mesma perícia no que diz respeito ao desligamento dos registros de água.
 - L. Observar a movimentação e fazer abordagem, de indivíduos em atitude suspeita nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança oportunas segundo as técnicas específicas de vigilância;
 - LI. Não permitir a entrada de menor desacompanhado sem que seja feita sua identificação e o contato com a pessoa com quem o menor deseja falar ou visitar, assegurando-se de que a pessoa contatada ou a ser visitada pelo menor por ele se responsabilize durante sua permanência nas dependências da UFSJ.
 - LII. Comunicar à CONTRATADA todos os acontecimentos entendidos como irregulares e que possam vir representar risco ao patrimônio da UFSJ, responsabilizando-se pelas omissões seguidas de prejuízos mensuráveis, comprovado por processos administrativos internos, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa;
 - LIII. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quando perceber quaisquer condições que inviabilizem ou dificultem o desempenho de suas atividades, tais como: falta de iluminação, carros estacionados em locais indevidos, vegetação

- alta, falta de sinalização, portões e grades e janelas com defeitos que facilitem o acesso de meliantes, procedendo ao devido registro no livro de ocorrência;
- LIV. Acompanhar a entrada, saída e permanência de possíveis prestadores de serviços autorizados a executar serviços no interior da Instituição;
- LV. Monitorar as atividades em tempo real no alcance do circuito interno de CFTV, quando existentes, conforme orientações;
- LVI. Manter sigilo das informações relativas às imagens captadas pelo sistema de CFTV, bem como daquelas de que tiver conhecimento em função do exercício das atividades;
- LVII. Não divulgar quaisquer informações das imagens captadas, sob pena de responsabilização civil e penal.
- LVIII. No que se refere o monitoramento eletrônico, fica proibida a utilização de instrumentos ou equipamentos de uso pessoal tais como smartphones, pen drive, HD externo e outros, durante o cumprimento da jornada de trabalho, capazes de desviar a atenção ou registrar de forma não permitida a captura de imagens do sistema de CFTV.
- LIX. Narrar as ocorrências diariamente, em livro próprio, seguindo o modelo a ser disponibilizado pela Contratante.
- LX. Recolher quaisquer objetos esquecidos encontrados nas áreas internas e externas dentro dos limites dos campi e disponibilizá-los ao Setor Competente, narrando em livro de ocorrência as características do objeto, hora, data e local em que foi encontrado.
- LXI. Se verificada a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para a espécie.
- LXII. Garantir ao(s) portador(es) de deficiência(s) física(s) de locomoção a preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajuda-los, quando for o caso, no embarque e desembarque de veículos.
- LXIII. Para que as motocicletas apresentem aspectos inquestionáveis de que se encontra em serviço de vigilância patrimonial, é necessário que se observe rigorosamente o binômio “baixa velocidade” e “postura/atitude” de observação dos ocupantes.
- LXIV. O veículo, quando utilizado em rondas, o seu deslocamento deverá ser em velocidade reduzida, para possibilitar a observação do vigilante e proporcionar o efeito da ação presença para a população.
- LXV. Ao parar nos pontos bases, as motocicletas deverão estacionar em local que seja facilmente avistada e de fácil saída para mais de uma direção. Ao estacionar nos pontos base, o vigilante ocupante deve desembarcar, pois a exibição do vigilante próximo ao veículo aumenta a ação presença. À noite, este procedimento evita que o vigilante seja vencido pelo sono.
- LXVI. O veículo caracterizado (identificado como sendo da segurança patrimonial) é mais visível do que o próprio vigilante que o conduz, portanto, é altamente representativo para imagem da segurança patrimonial, devendo ser conduzido

- ou estacionado com total observância das regras de trânsito, servindo, em consequência, como exemplo aos demais.
- LXVII. As motocicletas devem ser inspecionadas a cada troca de turno, seguindo check-list previsto para tal. As irregularidades devem ser corrigidas e as alterações devem ser registradas em relatório de ocorrência.
- LXVIII. Os condutores devem estar sempre atentos aos desgastes excessivos ou anormais dos pneus, que quase sempre está relacionado ao uso inadequado (arrancadas e freadas bruscas, excesso de velocidade nas curvas, uso impróprio dos freios, etc)
- LXIX. Os vigilantes condutores devem atentar para a correta manutenção e uso do veículo, evidenciando o grau de profissionalismo e comprometimento dos colaboradores que compõem a equipe de segurança patrimonial.
- LXX. Exercer outros serviços correlatos que forem definidos pela UFSJ, visando o cumprimento das normas diretrizes de segurança vigentes ou que vierem a ser emitidas. Neste caso, serão previamente informadas à Contratada.

7.3.2. Atribuições, tarefas rotineiras e obrigações do supervisor: (somente para o grupo 1)

- I. Verificar se todo o pessoal sob sua responsabilidade já assumiu os seus respectivos postos, de acordo com as orientações da fiscalização da administração;
- II. Verificar se todo o pessoal sob sua responsabilidade está devidamente trajado, atentando para os detalhes de higiene pessoal (barbeado se masculino, cabelo cortado se masculino e preso se feminino, unhas, etc) e de higiene das roupas;
- III. Solucionar, imediatamente, junto à Contratada, os problemas relacionados à faltas, atrasos, dispensas médicas e outros;
- IV. Providenciar as necessárias substituições, junto à Contratada, por ocasião de licença médica ou qualquer outro tipo de afastamento dos empregados bem como informar ao fiscal do contrato quais são os vigilantes substitutos.
- V. Manter, perante todo pessoal sob sua responsabilidade, a ordem, a disciplina e o respeito, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;
- VI. Não permitir que os empregados, sob sua responsabilidade, se dirijam a qualquer autoridade para tratarem de assuntos relacionados ao serviço;
- VII. Proceder às necessárias advertências e substituição, se for o caso, do pessoal sob sua responsabilidade que não atender às recomendações, cometer atos de insubordinação ou indisciplina; desrespeitar seus superiores; não acatar as ordens recebidas. Não cumprir com suas obrigações ou praticar qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra o Contratante;
- VIII. Zelar para que os serviços transcorram sempre dentro da normalidade, obedecidas as orientações regulamentares;
- IX. Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes e equipamentos promovendo, junto à Contratada, a substituição de peças desgastadas ou que já

- não apresentem condições favoráveis de uso, bem como sua reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;
- X. Registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências dos postos de trabalho
 - XI. Fazer a conferência e o encaminhamento mensal das folhas de ponto, para providências de pagamento de pessoal;
 - XII. Manter atitude de respeito e cortesia para com todas as pessoas do Contratante;
 - XIII. Conhecer as missões de cada posto ocupado por empregados sob sua responsabilidade;
 - XIV. Não permitir que os empregados sob sua responsabilidade se agrupem, junto aos diversos postos, a fim de conversar sobre assuntos aleatórios ao serviço;
 - XV. Não permitir que os empregados sob sua responsabilidade tratem de assuntos reservados ou de serviço com pessoas não relacionadas à área;
 - XVI. Não permitir que os empregados sob sua responsabilidade abandonem seus postos, sem motivo plenamente justificado;
 - XVII. Informar à respectiva chefia e à Administração, qualquer alteração do serviço ou irregularidade verificada;
 - XVIII. Somente entrar em áreas reservadas em caso de emergências ou quando devidamente autorizado;
 - XIX. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
 - XX. Manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;
 - XXI. Permanecer constantemente atento ao seu serviço observando e fiscalizando todas as movimentações;
 - XXII. Manter-se sempre com uma postura correta, evitando relaxamentos ou demonstrações de fadiga;
 - XXIII. Manter-se sempre com uma postura correta e condizente com a função desempenhada
 - XXIV. Portar-se sempre, de forma ostensiva, o seu crachá de identificação;
 - XXV. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores ou visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao fiscal do contrato;
 - XXVI. Levar ao conhecimento do fiscal do contrato, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
 - XXVII. Não permitir que empregados sob sua responsabilidade entrem ou saiam das dependências do Contratante por locais diversos daqueles previamente determinados;
 - XXVIII. Auxiliar as atividades de prevenção a incêndio ou outros sinistros visando à segurança física de pessoal, de instalações e de patrimônio natural e material;
 - XXIX. Cumprir rigorosamente seus horários de serviço;
 - XXX. Comunicar ao fiscal do contrato, para as providências cabíveis, quais empregados foram dispensados por afastamentos diversos;

- XXXI. Desenvolver todas as atividades, inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações do fiscal do contrato, de acordo com as necessidades do serviço;
- XXXII. Comunicar ao fiscal do contrato as faltas ou atrasos dos empregados da Contratada, adotando as necessárias providências;
- XXXIII. Fornecer aos empregados sob sua responsabilidade, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- XXXIV. Adotar todas as providências ao seu alcance, para que o serviço transcorra dentro da normalidade, obedecida as normas regulamentares e os padrões de conduta;
- XXXV. Observar se o empregado está bem uniformizado no seu respectivo posto;
- XXXVI. Providenciar a cobertura das faltas do dia;
- XXXVII. Inteirar-se de todas as ocorrências assinando o livro de ocorrência;
- XXXVIII. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia;
- XXXIX. Ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes;
- XL. Garantir que a Contratada mantenha a segurança e a manutenção da ordem nas dependências da Contratante;
- XLI. Verificar os controles de pessoas, veículos, bens e claviculários;
- XLII. Nos casos em que forem disponibilizados microcomputadores, constatar o seu funcionamento e, caso apresentem defeito, solicitar à administração o respectivo conserto;
- XLIII. Inspeccionar os equipamentos utilizados pelos vigilantes, como: rádio, comunicador, bateria, carregador e as condições das motocicletas, incluindo seus abastecimentos;
- XLIV. Providenciar o material necessário ao vigilante;
- XLV. Passar para seu superior imediato e ao setor de fiscalização da Contratante todas as informações mais relevantes;
- XLVI. Solucionar, dentro do possível, as dificuldades dos empregados que ocorrerem no transcorrer do plantão;
- XLVII. Atentar ao horário de saída e chegada dos vigilantes ao trabalho;
- XLVIII. Fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros, relatórios de controle de combustível e formulários utilizados pela vigilância, organizando um arquivo com toda a documentação;
- XLIX. Providenciar a entrega completa dos uniformes dos vigilantes;
 - L. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados por seu superior imediato e pelo fiscal do contrato;
 - LI. Coordenar as atividades e realizar as alocações e adequações necessárias para a perfeita execução do objeto;
 - LII. Fornecer, quando necessário, todos os livros e formulários de controle utilizados pela Contratante;
 - LIII. Instruir o pessoal sob sua responsabilidade sobre as funções do vigilante, registrando em documento próprio, as falhas que, porventura venham a acontecer. Caso o erro persista, comunicar imediatamente, à fiscalização do

- contrato para que sejam tomadas as devidas providências que podem ser: advertência oral, advertência escrita, troca de posto e/ou turno e demissão;
- LIV. Fixar os horários de intervalos para refeição dos vigilantes, observadas as demais disposições normativas que regem o assunto, sendo que, durante esses períodos de alimentação, far-se-á a cobertura dos postos mediante o remanejamento dos vigilantes alocados nos demais postos, sempre mantendo o posto fixo coberto ou a diluição do posto móvel entre os demais, não permitindo assim, que o posto permaneça vazio durante todo o tempo.
 - LV. Obter orientações junto à Diretoria de Assuntos Estudantis quando às normas pertinentes ao funcionamento dos Alojamentos Feminino e Masculino, bem como outras normas que sejam relacionadas à segurança dos alunos;
 - LVI. Instruir seus subordinados quanto às regras repassadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis;
 - LVII. Estabelecer os locais e intervalos das verificações de rondas que serão feitas através dos bastões controladores de rondas, quando aplicado.
 - LVIII. Realizar pesquisas no sistema de monitoramento eletrônico, verificando a ronda dos vigilantes.
 - LIX. Inspecionar as motocicletas, seguindo check-list previsto para tal. As irregularidades devem ser corrigidas e as alterações devem ser registradas em relatório de ocorrência.
 - LX. Verificar possíveis desgastes excessivos ou anormais dos itens das motocicletas, o que quase sempre estão relacionados ao uso inadequado, orientando os vigilantes condutores para o fato.

7.4. Jornada de trabalho

7.4.1. Os serviços serão executados de forma ininterrupta, todos os dias do mês, nos locais definidos como postos de vigilância pela Contratante.

7.4.2. A prestação de serviços será de vigilante desarmado, a pé e motorizado, em regime de trabalho 12x36 (de segunda a domingo incluindo feriados) e 44h semanais (de segunda à sexta feira), período diurno e noturno, nos seguintes horários:

- a) Vigilante 12x36 diurno - horário 06:00 às 18:00, incluindo 1 hora de intervalo intrajornada
- b) Vigilante 12x36 noturno - horário 18:00 às 06:00, incluindo 1 hora de intervalo intrajornada
- c) Vigilante 44h diurno - horário 06:00 às 15:48, incluindo 1 hora de intervalo intrajornada (somente para os grupos 1 e 2)
- d) Vigilante 44h com adicional noturno - horário 14:12 às 24:00, incluindo 1 hora de intervalo intrajornada (somente para os grupos 1 e 2)
- e) Supervisor de operações na escala 44h - horário 08:00 às 17:48, incluindo 1 hora de intervalo intrajornada (somente para o grupo 1)

7.4.3. Para a escala 12x36, a cada 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho (incluído o intervalo intrajornada) corresponderão 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, independentemente de os dias de trabalho ocorrerem em domingos e/ou feriados.

7.4.4. Os horários especificados no item 7.4.2 poderão ser alterados por conveniência da CONTRATANTE, independentemente de qualquer termo aditivo, desde que não haja acréscimo na carga horária de trabalho da categoria profissional envolvida na execução dos serviços ou reflexos financeiros para a CONTRATADA.

7.4.5. Será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída dos empregados da CONTRATADA, em registro eletrônico, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho.

7.4.6. A Contratada deverá registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seus funcionários através da implantação de um sistema de registro de ponto biométrico, disponibilizando relógios de ponto biométrico, conforme quadro abaixo, independentemente do número de funcionários, conforme Portaria nº 1.510/2009, assim como permitir o acesso da fiscalização do contrato a todo registro de controle diário:

GRUPO	CIDADE	CAMPUS	QUANTIDADE DE RELÓGIOS BIOMÉTRICOS
1	São João del Rei	Tancredo Neves	1
		Dom Bosco	1
		Santo Antônio	1
2	Ouro Branco	Alto do Paraopeba	1
3	Divinópolis	Dona Lindu	1
4	Sete Lagoas	Sete Lagoas	1

7.4.7. O atraso não justificado superior a 1 (uma) hora ensejará, a critério da Contratante, a glosa de 2 (duas) horas, por ocorrência diária; na requisição que deu origem à prestação dos serviços.

7.4.8. Deverão ser fixados os horários de intervalos para refeição dos vigilantes, observadas as demais disposições normativas que regem o assunto, sendo que, durante esses períodos de alimentação, far-se-á a cobertura dos

postos mediante o remanejamento dos vigilantes alocados nos demais postos, sempre mantendo o posto fixo coberto com a diluição do posto móvel entre os demais, não permitindo assim, que o posto permaneça constantemente vazio.

7.4.9. O horário dos funcionários da escala 44h semanais, mencionado nas alíneas “c” e “d” do item 7.4.2, encontra-se ajustado para não trabalhar aos sábados, compensando-se as 4 (quatro) horas relativas àqueles dias, de segunda à sexta feira, conforme disposto em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.4.10. Caso algum feriado coincidir com o sábado, não será necessário compensar estas 4 (quatro) horas durante a semana, uma vez que o dia de feriado é considerado repouso semanal remunerado.

7.5. Local de prestação dos serviços

7.5.1. Os locais de prestação dos serviços estão estabelecidos no quadro abaixo:

GRUPO	Campus	Endereço	Cidade
1	Campus Santo Antônio	Pç. Frei Orlando, 170 CEP 36307-352	São João del Rei
	Campus Dom Bosco	Pç. Dom Helvécio, 74, Bairro das Fábricas - CEP 36301-160	
	Campus Tancredo Neves	Av. Visconde do Rio Preto, s/n, Colônia do Bengo - CEP 36301-360	
	Fortim dos Emboabas	Rua Altamiro Flor, 103, Alto das Mercês - CEP 36300.212	
	Centro Cultural Solar da Baronesa	Pç Dr. Augusto das Chagas Viegas, 17, Largo do Carmo - CEP 36307-904	
2	Campus Alto do Paraopeba	Rodovia MG 443, km 07 - CEP 36420-000	Ouro Branco - MG
3	Campus Oeste Dona Lindu	Rua Sebastião Gonçalves Coelho, 400 - CEP - 35501-296	Divinópolis - MG

4	Campus Sete Lagoas	Rodovia MG 424, km 65 - CEP 35701-970	Sete Lagoas - MG
---	--------------------	---------------------------------------	------------------

7.6. O quantitativo contratado será alocado inicialmente em conformidade com a tabela abaixo, ressaltando que, na escala 12x36, são 2 (dois) vigilantes por posto e, na escala 44h, 1 (um) vigilante por posto:

Quantidade de postos por escala em cada grupo							
GRUPO	Cidade/Campus	Noturno 12x36	Noturno Motorizado 12x36	Diurno 12x36	Diurno Motorizado 12x36	44h	44h com adicional noturno
1	São João del Rei – Campus Santo Antônio	2		3		1	3
	São João del Rei – Campus Dom Bosco	1	1	2	1	1	3
	São João del Rei – Campus Tancredo Neves	2	1	3	1	1	3
	São João del Rei – Fortim dos Emboabas	1					
2	Ouro Branco – Campus Alto do Paraopeba	1	1	1	1	1	1
3	Divinópolis – Campus Dona Lindu	2		2			
4	Sete Lagoas – Campus Sete Lagoas	2	1	1	1		

7.7. Inicialmente não há previsão de lotação no Centro Cultural Solar da Baronesa (GRUPO 1), porém, sempre que necessário, os vigilantes poderão ser realocados de quaisquer postos dos campi de São João del Rei para o aludido local.

7.8. horário de funcionamento da Instituição:

- a) **GRUPO 1** - São João del Rei: de 06h às 24h de segunda à sexta e de 06h às 21h aos sábados e domingos
- b) **GRUPO 2** - Ouro Branco: de 06h às 24h de segunda à sexta e aos sábados e domingos sob demanda
- c) **GRUPO 3** – Divinópolis: de 06h às 21h de segunda à sexta e aos sábados e domingos sob demanda
- d) **GRUPO 4** - Sete Lagoas: de 06h às 18h de segunda à sexta e aos sábados e domingos sob demanda

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. A Contratante exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. A Contratante exercerá o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão de fiscalização especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. A Contratante notificará a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. A comunicação entre a Contratada e a Contratante deverá ser sempre por escrita, preferencialmente através de ofício, entretanto também poderão ser aceitas comunicações por meio eletrônico, como e-mail, para fins de fiscalização contratual.

8.5. Os atores envolvidos na gestão e fiscalização contratual estão elencados no item 16 deste termo de referência:

- 8.6. Com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os valores para pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, aberta em nome da Contratada, com movimentação somente por ordem da Contratante.
- 8.7. A Contratante deverá pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo, condições e número de postos conforme valores da Planilha de Custos e Formação de Preços, verificando-se ainda a avaliação recebida através do Instrumento de Medição de Resultados – IMR.
- 8.8. A autorização para emissão da Nota Fiscal dar-se-á através da emissão do Termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo, a ser encaminhado pelo fiscal técnico.
- 8.9. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão responsabilidades da Gestão e fiscalização do contrato, por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, os seguintes aspectos:
- 8.9.1. Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - 8.9.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigida;
 - 8.9.3. Adequação dos serviços prestados à rotina, cumprimento de tarefas, atribuições e obrigações dos empregados previamente estabelecidos neste instrumento;
 - 8.9.4. Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 8.9.5. Satisfação do público usuário.
- 8.10. Como forma de auxiliar a Fiscalização do Contrato, será solicitado aos usuários, de maneira aleatória, que respondam uma pesquisa de avaliação do serviço prestado.
- 8.10.1. A pesquisa será realizada trimestralmente, no mínimo.
 - 8.10.2. O fornecimento, o controle e tratamento das informações coletadas através da pesquisa serão de responsabilidade da Gestão e Fiscalização do contrato.
 - 8.10.3. O resultado da pesquisa será um dos indicadores do IMR.

9. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais e equipamentos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1. Segue a relação, quantidade e valores unitários máximos aceitáveis dos materiais e equipamentos, separados por grupo:

GRUPO 1 – São João del Rei				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Porta tonfa	un	22 (vinte e dois)	R\$ 11,40
2	Cinto de guarnição	un	48 (quarenta e oito)	R\$ 43,56
3	Apito	un	48 (quarenta e oito)	R\$ 3,74
4	Cordão de apito	un	48 (quarenta e oito)	R\$ 3,88
5	Livro de ocorrência	un	16 (dezesesseis)	R\$ 7,41
6	Rádio comunicador	un	22 (vinte e dois)	R\$ 820,80

GRUPO 2 – Ouro Branco				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Porta tonfa	un	04 (quatro)	R\$ 11,40
2	Cinto de guarnição	un	10 (dez)	R\$ 43,56
3	Apito	un	10 (dez)	R\$ 3,74

4	Cordão de apito	un	10 (dez)	R\$ 3,88
5	Livro de ocorrência	un	06 (seis)	R\$ 7,41
6	Rádio comunicador	un	04 (quatro)	R\$ 820,80

GRUPO 3 - Divinópolis				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Porta tonfa	un	02 (dois)	R\$ 11,40
2	Cinto de guarnição	un	08 (oito)	R\$ 43,56
3	Apito	un	08 (oito)	R\$ 3,74
4	Cordão de apito	un	08 (oito)	R\$ 3,88
5	Livro de ocorrência	un	06 (seis)	R\$ 7,41
6	Rádio comunicador	un	02 (dois)	R\$ 820,80

GRUPO 4 – Sete Lagoas				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Porta tonfa	un	03 (três)	R\$ 11,40
2	Cinto de guarnição	un	10 (dez)	R\$ 43,56
3	Apito	un	10 (dez)	R\$ 3,74

4	Cordão de apito	un	10 (dez)	R\$ 3,88
5	Livro de ocorrência	un	06 (seis)	R\$ 7,41
6	Rádio comunicador	un	03 (três)	R\$ 820,80

9.1.1.1. A empresa deverá apontar os valores para os materiais individualmente, respeitando o valor máximo aceitável para cada item, conforme apontado no Anexo I – Estudos Preliminares, cujos valores foram obtidos através de média simples de no mínimo 3 (três) orçamentos levantados no painel de preços governamentais e sites da internet de amplo domínio, conforme preceitua a IN SLTI/MP nº 03/2017. Não serão aceitos valores superiores aos previamente estipulados.

9.1.1.2. Os rádios comunicadores foram inclusos como materiais uma vez que foi considerado sua locação por parte das empresas e não aquisição. Neste sentido não deverá haver sua depreciação, como ocorre nos demais equipamentos.

9.1.1.3. Os livros de ocorrência deverão possuir capa dura na cor preta, com 100 (cem) páginas numeradas e pautadas. Deverão ser substituídos sempre que necessário. Quando totalmente preenchido, deve ser disponibilizado à fiscalização técnica para arquivo.

9.1.1.4. Os portas tonfa e rádio comunicadores serão compartilhados entre os postos diurnos e noturnos.

9.1.1.5. Para cada rádio comunicador deverá ser fornecido um carregador próprio.

9.1.1.6. Cada rádio comunicador fornecido deverá trabalhar na frequência (analógica) UHF (438/470 MHz) e (digital) VHF (136-174 MHz), possuir no mínimo 20 canais, acompanhando bateria Li-ion com vida útil de 10 a 12 horas, carregador rápido, antena compatível com o sinal digital, clip de cinto. Modelo de referência: Kenwood NX 340 ou de melhor qualidade.

9.1.2. Segue a relação, quantidade e valor unitário máximo aceitável para os equipamentos, separados por grupo.

GRUPO 1 - São João del Rei

Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Lanterna com carregador	un	17 (dezesete)	R\$ 81,79
2	Cassetete/tonfa	un	22 (vinte e dois)	R\$ 17,31
3	Relógio de ponto biométrico	un	03 (três)	R\$ 1.431,78
4	Motocicleta	un	02 (dois)	R\$ 13.446,00
5	Sinalizador LED	un	02 (dois)	R\$ 213,97
6	Baú 27 litros	un	02 (dois)	R\$ 201,01

GRUPO 2 - Ouro Branco				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Lanterna com carregador	un	03 (três)	R\$ 81,79
2	Cassetete/tonfa	un	04 (quatro)	R\$ 17,31
3	Relógio de ponto biométrico	un	01 (um)	R\$ 1.431,78
4	Motocicleta	un	01 (um)	R\$ 13.446,00
5	Sinalizador LED	un	01 (um)	R\$ 213,97
6	Baú 27 litros	un	01 (um)	R\$ 201,01

GRUPO 3 - Divinópolis				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável

1	Lanterna com carregador	un	02 (dois)	R\$ 81,79
2	Cassetete/tonfa	un	02 (dois)	R\$ 17,31
3	Relógio de ponto biométrico	un	01 (um)	R\$ 1.431,78

GRUPO 4 - Sete Lagoas				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Lanterna com carregador	un	03 (três)	R\$ 81,79
2	Cassetete/tonfa	un	03 (três)	R\$ 17,31
3	Relógio de ponto biométrico	un	01 (um)	R\$ 1.431,78
4	Motocicleta	un	01 (um)	R\$ 13.446,00
5	Sinalizador LED	un	01 (um)	R\$ 213,97
6	Baú 27 litros	un	01 (um)	R\$ 201,01

9.1.2.1. A empresa deverá apontar os valores para os equipamentos individualmente, respeitando o valor máximo aceitável para cada item, conforme apontado no Anexo I – Estudos Preliminares, cujos valores foram obtidos através de média simples de no mínimo 3 (três) orçamentos levantados no painel de preços governamentais e sites da internet de amplo domínio, conforme preceitua a IN SLTI/MP nº 03/2017. Não serão aceitos valores superiores aos previamente estipulados.

9.1.2.2. A Contratada deverá substituir ou reparar em até 24 horas, todos equipamentos descritos acima quando apresentarem o menor sinal de defeito.

9.1.2.3. As lanternas deverão ser de LED, potência mínima de 8.000w e 25.000 lumens e carregadores bivolt (110v - 220v), com bateria recarregável.

- 9.1.2.4. Os cassetes/tonfas deverão ser injetados com no mínimo 58 cm.
- 9.1.2.5. As motocicletas deverão ser zero quilômetro e possuir as seguintes características mínimas:
- a) modelo ON/OFF com no mínimo 149 cilindradas (modelos de referência - HONDA NXR 160 BROS , YAMAHA CROSSER 150 Z)
 - b) caracterizadas para patrulhamento ostensivo adesivada com o logotipo da empresa;
 - c) sistema de freio a disco na dianteira;
 - d) Sinalizador luminoso em LED's composto por giroflex e haste reta em aço galvanizado, cúpula vedada à prova d'água, com lente em policarbonato na cor âmbar.
 - e) Baú com capacidade mínima de 27 litros.
- 9.1.2.6. Para os custos da motocicleta, deve ser considerada a taxa anual de depreciação de 25% e prazo de vida útil de 4 anos, de acordo com o Anexo I - taxas anuais de depreciação da Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017. Ressalta-se que, considerando as possíveis e sucessivas prorrogações, o valor depreciado será diluído em 5 anos.
- 9.1.2.7. Para os demais equipamentos adotou-se vida útil de 8 anos e taxa de depreciação de 20% com base no Manual de Custos Rodoviários do Dnit, volume 1, de 2003, sendo esta a fórmula adotada pelo Tribunal de Contas da União em contratações similares ao objeto deste instrumento.
- 9.1.2.8. Para cada lanterna deverá ser fornecido um carregador próprio.
- 9.1.2.9. As lanternas, cassetes/tonfas, e motocicletas serão compartilhados entre os postos diurnos e noturnos.
- 9.1.3. Taxa de manutenção:
- 9.1.3.1. A taxa de manutenção das motocicletas e equipamentos pertinentes deverá ser de no máximo 20% (vinte por cento) do valor do veículo somado aos equipamentos inerentes.
 - 9.1.3.2. A taxa de manutenção dos demais equipamentos será de até 0,5% (meio por cento) do valor dos equipamentos, de acordo com a taxa adotada pelo Tribunal de Contas da União em contratações similares ao objeto deste instrumento.
- 9.1.4. Insumos:

9.1.4.1. Para cálculo da quantidade máxima mensal de combustível a ser fornecida por grupo, foram consideradas as seguintes informações:

CÁLCULO DA QUANTIDADE MENSAL DE LITROS DE COMBUSTÍVEL POR GRUPO						
GRUPO 1 - São João del Rei	1 volta = 2,5 km	4 voltas = 10 km = 1 ronda	4 rondas diurnas + 4 rondas noturnas = 80 km por dia	Média da moto = 25 km/litro	80 km por dia / 25 km por litro = 3,2 litros por dia	3,2 litros por dia x 30 dias = 96 litros por mês aproximadamente por moto
GRUPO 2 - Ouro Branco	1 volta = 2,5 km	4 voltas = 10 km = 1 ronda	4 rondas diurnas + 4 rondas noturnas = 80 km por dia	Média da moto = 25 km/litro	80 km por dia / 25 km por litro = 3,2 litros por dia	3,2 litros por dia x 30 dias = 96 litros por mês aproximadamente
GRUPO 4 - Sete Lagoas	1 volta = 1,875 km	4 voltas = 7,5 km = 1 ronda	4 rondas diurnas + 4 rondas noturnas = 60 km por dia	Média da moto = 25 km/litro	60 km por dia / 25 km por litro = 2,4 litros por dia	2,4 litros por dia x 30 dias = 72 litros por mês aproximadamente

9.1.4.2. A empresa deverá fornecer a seguinte quantidade máxima de combustível, por mês, para atendimento aos serviços de vigilância motorizada:

GRUPO	CIDADE	QUANT DE LITROS POR MÊS
1	São João del Rei	192 L
2	Ouro Branco	96 L
4	Sete Lagoas	72 L

9.1.4.3. A quantidade de litros de combustível constante no subitem anterior é meramente estimativa, de acordo com informações do contrato anterior sobre o percurso das rondas a serem realizadas e a frequência destas, podendo, portanto, haver variações. O valor a ser pago mensalmente será correspondente ao quantitativo efetivamente

utilizado, conforme controle mensal da quilometragem (Anexo V) que será realizado pelo fiscal do contrato.

9.1.4.4. A Contratada deverá apresentar comprovante de abastecimento para cada veículo, constando hodômetro do abastecimento, placa da motocicleta e quantidade de litros de combustível abastecidos, incluindo a das motocicletas que estão substituindo aquelas que estiverem em manutenção.

9.1.4.5. Será computada a média mensal de quilometragem realizada separadamente por turno de trabalho.

9.1.4.6. Para cálculo mensal do valor do consumo de combustível, deverá ser observado a quilometragem máxima prevista no subitem 7.1.13 deste Termo de Referência.

9.1.4.7. O do valor do combustível a ser apontado pelo licitante na planilha de custos e formação de preços deverá ser obtido mediante consulta da média dos preços praticados nos municípios onde serão prestados os serviços, segundo síntese apresentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, disponível no sítio eletrônico
<http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp>
devendo os valores serem condizentes com o período da proposta a ser encaminhada, não sendo aceitos valores superiores.

9.1.4.8. Para apontamento do valor do combustível no **GRUPO 2**, a licitante deverá apurar a média dos preços praticados nas cidades vizinhas, Congonhas e Conselheiro Lafaeite, tendo em vista que no sítio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis não há apontamento para o valor do combustível para a cidade de Ouro Branco, onde serão realizados os serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A UFSJ possui 6 (seis) unidades educacionais, sendo o Campus Dom Bosco, Campus Tancredo Neves e Campus Santo Antônio localizados em São João del Rei (GRUPO 1), Campus Alto do Paraopeba, localizado na divisa dos municípios de Ouro Branco e Congonhas (GRUPO 2) Campus Centro-Oeste Dona Lindu, em Divinópolis (GRUPO 3) e Campus Sete Lagoas em Sete Lagoas

(GRUPO 4). Além destas unidades, existe ainda em São João del Rei, o Fortim dos Emboabas e o Centro Cultural Solar da Baronesa. Juntos representam aproximadamente 1.399.219 m² de área de extensão. Devido a esta grande dimensão territorial de alguns campi, tornam-se necessárias também rondas motorizadas mediante disponibilização, por parte da empresa, de motocicletas on/off.

10.1.2. A UFSJ dispõe de sistema de monitoramento eletrônico, com câmeras de segurança nas áreas de maior movimentação e sistema de alarmes em ambientes específicos, nos campi de São João del Rei e Sete Lagoas, com previsão de instalação também nos demais campi.

10.1.2.1. A Contratante realizará treinamento com os vigilantes no que tange a operacionalização do sistema.

10.1.3. De acordo com o item 4, Anexo VI-A da IN 05/2017/SEGES/ME, para cada tipo de Posto de vigilância, deverá ser apresentado, pelos proponentes, o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado conforme a planilha de custos e formação de preços.

10.1.4. As planilhas deverão conter todas as fórmulas truncadas (função “TRUNCAR” no excel ou programa equivalente), considerando somente dois dígitos após a vírgula, desconsiderando-se as demais casas decimais, não havendo nenhum arredondamento.

10.1.5. Conforme preconizado no Anexo VII-A, item 7.9 da IN 05/2017, erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.1.6. Para isonomia no julgamento das propostas e lances, os participantes deverão cotar preços com base na Convenção Coletiva de Trabalho em vigor da categoria profissional com abrangência nos municípios onde serão prestados os serviços.

10.1.7. Para o salário do supervisor deverá ser considerado a orientação do Caderno Técnico de Vigilância de Minas Gerais de 2019, o qual aduz que como não há previsão na Convenção Coletiva para o salário base ou mesmo gratificação de função de Supervisor, o Departamento de Normas e Sistemas de Logística determina o salário base do supervisor da seguinte forma: base de cálculo (salário normativo da categoria) mais percentual de aumento de 42,57% (quarenta e dois vírgula cinquenta e sete por cento), totalizando R\$ 2.422,66.

10.1.8. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa Contratada, de matérias não trabalhistas, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.1.9. Na proposta deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, bem como outros exigidos pela convenção coletiva da categoria.

10.1.10. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e CONFINS devem cotar os percentuais que representem a média as alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a CONFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

10.1.10.1. A empresa também deverá encaminhar planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições

10.1.10.2. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento;

10.1.11. Aos vigilantes envolvidos nesta contratação **não** será pago o intervalo intrajornada. Todos os vigilantes envolvidos deverão gozar plenamente do intervalo intrajornada com duração de 1 (uma) hora, havendo revezamento dos demais empregados durante esse intervalo.

10.1.12. O licitante deverá apresentar proposta formulada sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas.

10.1.13. Em caso de cotação de vale transporte, a empresa deverá observar os valores abaixo, conforme decretos pontuados no Anexo I – Estudos Preliminares:

GRUPO	CIDADE	VALOR VALE TRANSPORTE
1	São João del Rei	R\$ 3,50

2	Ouro Branco	R\$ 3,50
3	Divinópolis	R\$ 4,05
4	Sete Lagoas	R\$ 3,50

10.1.13.1. De acordo com o Caderno Técnico de Vigilância de Minas Gerais, de 2019: *“proporcionalidade: conforme art. 10 do Decreto nº 95.247, de novembro de 1987, a parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário, uma vez que o vigilante 12x36 recebe referente a 15 dias a proporcionalidade é de 50%”*

10.1.14. O licitante deverá observar o índice do Imposto sobre Serviços (ISS) de cada cidade onde serão prestados os serviços, conforme tabela abaixo e respectivos decretos pontuados no Anexo I – Estudos Preliminares.

GRUPO	CIDADE	ISS
1	São João del Rei	5%
2	Ouro Branco	4%
3	Divinópolis	2%
4	Sete Lagoas	5%

10.1.15. Para apuração do fornecimento de combustível, deverão ser observados os valores máximos apontados no item 9.1.4.2 deste termo de referência.

10.1.16. Para o cálculo do vale transporte e vale alimentação, no caso de vigilantes na escala 44h semanais e o supervisor, deverá ser considerada a média dos dias úteis para os 12 meses do contrato, de cada cidade, conforme apurado no Anexo I - Estudos Preliminares:

GRUPO	CIDADE	QUANTIDADE DE DIAS ÚTEIS
1	São João del Rei	20,92
2	Ouro Branco	21,08
3	Divinópolis	20,92

4	Sete Lagoas	21
---	-------------	----

10.1.16.1. Em caso de prorrogação contratual, estes dados serão recalculados.

10.1.17. A empresa poderá apresentar o índice FAP (fator acidentário de prevenção) com até 4 (quatro) dígitos após a vírgula, mediante comprovação do documento FAPWEB.

10.1.18. A empresa deverá se atentar para as alterações previstas na Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, a qual trouxe reflexos principalmente para o trabalho na escala 12x36.

10.1.19. A empresa deverá apontar os valores para os materiais, equipamentos e insumos individualmente, respeitando o valor máximo aceitável para cada item, conforme apontado no Anexo I – Estudos Preliminares, cujos valores foram obtidos através de média simples de no mínimo 3 (três) orçamentos levantados no painel de preços governamentais e sites da internet de amplo domínio, conforme preconizado na IN/SLTI nº 03/2017. **Não** serão aceitos valores superiores aos previamente estipulados.

10.1.20. A Administração não deve pagar o preço integral dos eventuais equipamentos, mas somente o valor equivalente à taxa de depreciação desses bens durante a vigência do contrato. Do contrário, a Administração pode cometer o erro de remunerar o contratado, pelo custo de aquisição integral dos equipamentos, conforme discutido pelo TCU no âmbito do Acórdão 966/2010 - Plenário.

10.1.21. Segundo o Manual de Contabilidade aplicada ao setor público, exercício 2017, valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando

dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

11.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

11.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

11.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

11.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

11.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.9. As empresas Contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo IVIII-B da IN SEGES/MP nº. 5/2017:

12.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

12.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e

12.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;

12.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

12.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

12.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

12.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo IVIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.12. Substituir, no prazo de .02 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

12.13. Substituir empregado que, a critério da UFSJ, for considerado inconveniente para o serviço, ficando vedado seu retorno para prestação de serviços à UFSJ, no posto de serviço. Neste caso, a Contratada fica obrigada a fazer a substituição imediata por outro empregado que satisfaça as condições previstas no presente documento, independentemente da possível glosa, do custo-hora/homem, na fatura se a substituição ultrapassar a 02 (duas) horas.

12.14. Substituir ou reparar, em até 24 horas, todos equipamentos necessários para a execução dos serviços, quando apresentarem o menor sinal de defeito.

12.15. Informar, mensalmente, à fiscalização da UFSJ, a escala dos postos de serviço nela constando os nomes e turnos dos vigilantes e, diariamente, à fiscalização da UFSJ as eventuais substituições nas escalas semanais.

12.16. Instalar, nos locais de prestação de serviços, relógios biométricos para controle da frequência dos seus empregados, na forma da legislação vigente, independentemente do número de funcionários alocados na unidade. O relógio deverá possibilitar livre acesso às informações conforme Portaria 1510 de 21/08/2009 para fins de fiscalização pela Contratante e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

12.17. Apresentar mensalmente, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, o relatório eletrônico assinado pelos funcionários do controle diário de frequência de seus empregados alocados na execução dos serviços contratados, na forma da legislação vigente.

12.18. Pagar os salários e benefícios dos empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, e apresentando a folha de pagamento com o comprovante dos depósitos dos trabalhadores da empresa Contratada, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da UFSJ.

12.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.20. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.21. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

12.22. Autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.22.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

12.23. Não permitir que o empregado, da escala 12x36, designado para trabalhar em um turno, preste seus serviços no turno imediatamente subsequente (nas 36 horas de descanso subsequentes ao labor);

12.24. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

12.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.27. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.27.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.27.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.27.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

12.28. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

12.29. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.30. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

12.30.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.30.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.30.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

12.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.32. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.33. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.34. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão

obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

12.35.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

12.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.37. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.38. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

12.39. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.40. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.41. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.42. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.43. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

12.44. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.47. Ocorrendo o desaparecimento de bens ou danos ao patrimônio da Contratante, evitáveis pelo cumprimento das rotinas contratuais, responderá a Contratada pelo prejuízo, apurado em procedimento próprio, respeitado o contraditório e a ampla defesa, instruído, dentre outros elementos pertinentes, com o boletim de ocorrência, quando poderá escusar-se da responsabilidade, caso demonstre o perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais.

12.47.1 Não afastada a responsabilidade da Contratada, a reparação do dano operar-se-á, preferencialmente, mediante a substituição do bem desaparecido ou danificado por outro idêntico ou de qualidade superior.

12.47.2 Não sendo possível a substituição prevista no item anterior, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor atualizado de mercado do bem, para efeitos de pagamento.

12.47.3 Não havendo o pagamento por parte da Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o valor apurado conforme a cláusula anterior será descontado da garantia oferecida ou da próxima fatura mensal. A reincidência no fato ensejará a rescisão unilateral, sem prejuízo das perdas e danos a serem cobrados da Contratada.

12.48 Apresentar semestralmente e sempre que solicitada, a escala de férias dos profissionais alocados no contrato, sem prejuízos à qualidade e continuidade dos serviços.

12.49 Apresentar, à fiscalização do contrato, comprovante de abastecimento das motocicletas constando hodômetro do abastecimento, placa do veículo e quantidade de litros de combustível abastecidos.

12.50 Para os empregados na escala 44h semanais, deve ser observado que o início das férias não poderá coincidir, com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal, por força do Precedente Normativo nº 100, do Tribunal Superior de Trabalho.

12.51 Para os empregados na escala 12x36, o início do gozo das férias não pode se dar em período de folga, ou seja, nas 36 horas de descanso subsequentes ao labor.

12.52 A empresa Contratada deverá, sempre que solicitado pela Fiscalização, emitir relatórios gerenciais e informações específicas relativas ao objeto contratual, quanto à folha de pagamento, dispensas e contratações, e aquelas relacionadas aos demais cumprimentos das obrigações contratuais.

12.53 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.54 Sujeitar-se à retenção da garantia contratual prestada e dos valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a UFSJ utilizá-los para o

pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (i) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (ii) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 64, parágrafo único da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº. 05/2017.

12.55 A Contratada obriga-se a executar os serviços de vigilância nos endereços constantes neste Termo de Referência. Entretanto, ocorrendo mudanças de locais durante a vigência do contrato, ficará a empresa Contratada obrigada a executar os serviços nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro do mesmo município, sem quaisquer ônus adicionais para a UFSJ.

12.56 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFSJ ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar os profissionais alocados nos postos de trabalho para observância do disposto neste subitem.

12.57 Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de certificado de curso de formação de vigilantes, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida.

12.58 O supervisor deverá, obrigatoriamente, inspecionar os postos da Sede no mínimo 05 (cinco) dias por semana, sendo 01 (uma) vez por dia, em dias e períodos alternados, devendo encaminhar quinzenalmente, ao fiscal do contrato, o relatório da inspeção.

12.59 Deverá ser assegurado ao vigilante, seguro de vida em grupo, feito pela empresa pagadora, conforme preconizado em Convenção Coletiva de Trabalho.

12.60 Observar e cumprir o constante nos subitens 7.3.1 e 7.3.2, no que tange as tarefas, obrigações e atribuições dos vigilantes e supervisor.

12.61 A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, curso de capacitação, reciclagem, descanso semanal, licença, greve, faltas ao serviço, demissão de empregados e outros casos análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

12.62 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.63 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.64 Manter e livro próprio o registro de todas as ocorrências referentes aos serviços e ao término, disponibilizá-lo à fiscalização para arquivamento.

12.65 A Contratada deverá, na forma do art. 168 da CLT e da Norma Regulamentadora 07, enquanto viger o contrato, realizar exames de saúde física e mental dos vigilantes que

forem destacados para a execução do contrato (exames admissional, periódico e demissional);

12.66 Apresentar o documento referente à Renovação/Revisão do alvará de funcionamento da empresa na atividade objeto deste termo de referência em plena validade, conforme determina a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF de 10/12/2012.

12.67 Fornecer os equipamentos e materiais a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.68 A Contratada deverá promover e implantar ações de formação e conscientização de seus(suas) funcionários(as), inclusive programas de educação, palestras e treinamento, com a perspectiva de prevenir e eliminar práticas ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios, relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de sujeitos em razão de orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, credo, raça, etnia, etc.

12.69 Realizar as revisões periódicas (manutenções corretivas e preventivas) de todas as motocicletas de modo que o serviço objeto da Licitação supra não seja interrompido, devendo substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer motocicleta que esteja em conserto ou manutenção;

12.70 Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;

12.71 Cumprir os critérios e práticas de sustentabilidades previstas no subitem 5.1.10 deste instrumento;

12.72 Entregar mensalmente à Contratada a escala de trabalho dos empregados, informando tempestivamente qualquer alteração posterior.

12.73 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.74 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.74.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.74.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- 12.74.3 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 12.74.4 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 12.74.5 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item
- 12.75 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 12.75.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 12.75.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa, ata de negociação, dentre outros.
- 12.75.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 12.76 Apresentar ao fiscal do contrato o registro da frequência de funcionários (inclusive no caso de cobertura) no final de cada mês. O controle da frequência, embora sob responsabilidade da Contratada, poderá ser solicitado pela Administração a qualquer tempo;
- 12.77 A Contratada é responsável pela formação e reciclagem dos seus empregados, utilizados na execução dos serviços, em conformidade com as normas que regulam a atividade, devendo, quando requerido pela Contratante, apresentar a comprovação da habilitação dos empregados, através de Certificado de Curso de Formação e de Reciclagem de Vigilantes, este último, quando for o caso, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelos órgãos competentes.
- 12.78 Aceitar, nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 65 § 1º e 2º, da Lei 8.666/1993.
- 12.79 A Contratada deverá orientar seus empregados quanto aos procedimentos corretos referentes ao livro de ocorrência:

- a) O livro de ocorrência deve ser considerado um documento sigiloso e de acesso restrito as partes interessadas e autorizadas;
- b) O livro de ocorrência deve ser considerado um documento oficial e valor jurídico, que requer cuidados no seu uso e guarda;
- c) O livro de ocorrência deverá ser utilizado especificamente e unicamente para o registro de ocorrência do posto de serviço;
- d) As ocorrências devem ser narradas em ordem cronológica, respeitando critérios previamente estabelecidos pela Contratante, como código e natureza da ocorrência;
- e) O livro de ocorrência deverá conter termo de abertura e termo de encerramento;
- f) O livro de ocorrência deve registrar todas as informações relevantes relativas ao turno de trabalho;
- g) O livro de ocorrência deve ser escrito com caneta esferográfica azul ou preta;
- h) Não dever haver rasuras, folhas rasgadas, folhas arrancadas, uso de canetas marca texto, manchas ou emendas;
- i) Não deve ser utilizado nenhum tipo de corretivo;
- j) Não devem ser puladas linhas ou folhas;
- k) Não devem ser anotados recados ou fatos particulares dos colaboradores que trabalham no local;
- l) O livro de ocorrência deverá ser redigido de tal forma que dificulte qualquer modificação posterior;
- m) A escrita deverá ser clara, objetiva, sucinta e de fácil leitura e entendimento;
- n) A caligrafia não precisa ser bonita ou desenhada, porém, deverá ser de fácil entendimento, de forma a se evitar dúvidas ou equívocos sobre o escrito;
- o) Em caso de serviço motorizado, deverá constar a placa do veículo, km no recebimento e passagem do serviço, abastecimentos e alterações, se ocorridas ou identificadas;
- p) Deve constar também os materiais sob responsabilidade dos vigilantes.

13 UNIFORMES

13.47 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão estar em conformidade com a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF e condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme do vigilante deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Vigilante				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Calça	un	02 (dois)	R\$ 75,08
2	Camisa de mangas curtas	un	03 (três)	R\$ 38,00
3	Coturno	par	02 (dois)	R\$ 87,01
4	Meia, em algodão, cano longo	par	04 (quatro)	R\$ 9,41
5	Boné com emblema da empresa	un	02 (dois)	R\$ 14,27
6	Jaqueta de frio ou japona	un	01 (uma)	R\$ 108,00
7	Capa de chuva	un	01 (uma)	R\$ 10,97
8	Crachá	un	01 (um)	R\$ 6,15
9	Cinto de nylon, com fivela, tipo regulável	un	01 (um)	R\$ 9,88

13.48 O uniforme e demais itens do vigilante motorizado (GRUPO 1, 2 e 4) deverão compreender as seguintes peças:

Vigilante Motorizado				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Calça	un	02 (duas)	R\$ 75,08
2	Camisa de mangas curtas	un	03 (três)	R\$ 38,00
3	Meia, em algodão, cano	par	04 (quatro)	R\$ 9,41

	longo			
4	Boné com emblema da empresa	un	02 (dois)	R\$ 14,27
5	Jaqueta de frio ou japona	un	01 (um)	R\$ 108,00
6	Crachá	un	01 (um)	R\$ 6,15
7	Cinto de nylon, com fivela, tipo regulável	un	01 (um)	R\$ 9,88
8	Capacete	un	16 (dezesesseis)	R\$ 159,67
9	Joelheira	par	01 (um)	R\$ 84,53
10	Cotoveleira	par	01 (um)	R\$ 60,01
11	Bota 100% impermeável	par	02 (dois)	R\$ 202,80
12	Capa de chuva de motociclista	un	01 (uma)	R\$ 107,80
13	luva	par	01 (um)	R\$ 32,16

13.49 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, assim como os itens para vigilantes motorizados seguindo os seguintes parâmetros mínimos,:

13.49.1 Calça – calça com 6 bolsos, sendo 2 frontais, 2 traseiros e 2 laterais, cós com oito passadores, braguilha com zíper, na cor azul marinho ou usual da empresa.

13.49.2 Camisa – camisa de mangas curtas, em tergal, na cor azul marinho ou usual da empresa e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo.

13.49.3 Coturno - coturno de segurança, confeccionado em vaqueta com forro sintético, com cadarço, acolchoado em meia lua, sem biqueira de aço, palmilha antimicrobiana, alma de plástico, solado bidensidade em “PU” injetado, na cor preta.

13.49.4 Jaqueta - jaqueta de frio, forrada e acolchoada, com dois bolsos inferiores e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, na cor preta ou usual da empresa.

13.49.5 O capacete deverá ser articulado, tipo robocop, na cor branca, com certificação do INMETRO, conforme NBR 7471, com material interno antialérgico, ajustável e lavável.

13.49.6 O capacete deve ser substituído após qualquer choque, mesmo que não haja danos visíveis; deverá conter cartela contendo autoadesivos de composição do tipo sanguíneo para fixação no capacete.

13.49.7 As botas deverão ser 100% impermeável, com fechamento lateral do tipo zíper e velcro, altura média de 32 a 35 cm.

13.49.8 As joelheiras devem ser feitas em plástico ABS, preta, com proteção contra impacto, espuma interna, presa por duas fitas elásticas com velcro.

13.49.9 As cotoveleiras devem ser de cor preta, feita em plástico PU de alta resistência à abrasão e impactos, interior forrado com material macio e de alta aderência.

13.49.10 As luvas devem possuir formato anatômico, com costura reforçada, protetores, antiderrapante na palma da mão, na cor preta.

13.49.11 A capa de chuva para motociclista deverá ser fabricada em nylon emborrachado impermeável (poliamida), com faixas refletivas.

13.50 O uniforme do supervisor (GRUPO 1) deverá compreender as seguintes peças de vestuário:

Supervisor				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Valor unitário máximo aceitável
1	Calça	un	02 (duas)	R\$ 38,59
2	Camisa de mangas curtas	un	03 (três)	R\$ 37,65
3	Camisa de mangas longas	un	01 (uma)	R\$ 37,25
4	Jaqueta de frio ou japona	un	01 (um)	R\$ 108,00
5	Meia social cano longo	par	04 (quatro)	R\$ 6,72

6	Sapato	par	02 (dois)	R\$ 71,50
7	Cinto de nylon, com fivela, tipo regulável	un	01 (um)	R\$ 9,88
8	Crachá	un	01 (um)	R\$ 6,15

13.51 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

13.51.1 Calça - calça social de em tecido oxford, com 4 bolsos, sendo 2 frontais e 2 traseiros, cós com oito passadores, braguilha com zíper, na cor preta ou usual da empresa.

13.51.2 Camisa - camisa de mangas curtas, em algodão, na cor branca ou usual da empresa e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo.

13.51.3 Camisa de mangas longas - em microfibra, na cor branca ou usual da empresa e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo.

13.51.4 Sapato de boa qualidade em couro, modelo tipo social (masculino), na cor preta.

13.51.5 Jaqueta - jaqueta de frio, forrada e acolchoada, com dois bolsos inferiores e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, na cor preta ou usual da empresa.

13.52 O fornecimento dos uniformes para vigilante, supervisor e vigilante motorizado deverá ser efetivado da seguinte forma:

13.52.1 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 12 (doze) meses, em caso de prorrogação contratual, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação expressa da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

13.52.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

13.53 Os uniformes deverão ser entregues **exclusivamente para o fiscal técnico** que procederá com a conferência de todos os itens previstos, na presença do Preposto da Contratada.

13.53.1 Fica proibida a entrega dos uniformes diretamente aos colaboradores, sem a prévia conferência por parte do fiscal técnico.

- 13.53.2 A Contratada deverá informar o dia em que se deslocará aos campi da UFSJ, bem como agendar o horário junto ao fiscal técnico para entrega dos uniformes.
- 13.53.3 Após a conferência, havendo a entrega de todas as peças conforme edital, a Contratada poderá recolher assinatura no comprovante de recibo do uniforme individualizado por empregado da Contratada, contendo a especificação de cada peça recebida e respectivos quantitativos.
- 13.53.4 Na hipótese de a empresa não entregar todas as peças do uniforme no prazo acordado, fica estabelecido o prazo de até 10 (dez) dias úteis para que possa entregar as faltantes. Se descumprido este prazo, a Contratante iniciará processo de penalização conforme rege o termo de referência.
- 13.53.5 Caso a Contratante, no momento da negociação da prorrogação contratual, verifique a necessidade de diminuir o quantitativo de peças do uniforme ou EPI's, após a análise efetuada pela fiscalização técnica do quantitativo ideal de reposição, tendo em vista o princípio da economicidade, poderá ser ajustado o valor na planilha para o período de doze meses de acordo com os quantitativos necessários.
- 13.53.6 Caso a empresa não cumpra a entrega de todos os itens por negligência, será aplicada sanção/multa por descumprimento de cláusula contratual, ajuste do IMR, além da glosa do valor conforme detalhamento da composição dos custos de uniforme.
- 13.53.7 Caso algum item do uniforme ou EPI não seja substituído tempestivamente, sob alegação de ainda estar em boas condições de uso, e esta situação constatada pela fiscalização técnica, terá seu respectivo valor glosado na nota fiscal. Esta situação também poderá ser motivada pela fiscalização técnica caso entenda que determinados itens não precisam ser substituídos.
- 13.54 A empresa deverá apontar os valores para os uniformes individualmente, respeitando o valor máximo aceitável para cada item, conforme apontado no Anexo I – Estudos Preliminares, cujos valores foram obtidos através de média simples de no mínimo 3 (três) orçamentos levantados no painel de preços governamentais e sites da internet de amplo domínio, conforme preceituado na IN/SLTI nº 03/2017. **Não** serão aceitos valores superiores aos previamente estipulados.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 16.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
 - II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
 - III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela Contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

- 16.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.
- 16.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
 - b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

- b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
 - d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.
- 16.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

- 16.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 16.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 16.16 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
 - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
 - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
 - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
 - g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.16.1 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16.2 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.17 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

16.18 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.18.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.19 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.20 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

- 16.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 16.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.30 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.31 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 16.32 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.33 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.33.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.33.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.33.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.
- 16.34 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.35 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.36 O acompanhamento e a fiscalização desta prestação de serviços ficarão sob a responsabilidade da equipe de fiscalização a ser designada mediante portaria, seguindo ainda critérios estabelecidos no Manual de Procedimentos de Gestão e Fiscalização de Contratos da UFSJ para contratos de prestação de serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra.

16.37 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo IVIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.38 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo IVIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1 o prazo de validade;

18.4.2 a data da emissão;

18.4.3 os dados do contrato e do órgão Contratante;

18.4.4 o período de prestação dos serviços;

18.4.5 o valor a pagar; e

18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6 Nos termos do item 1, do Anexo IVIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1 não produziu os resultados acordados;

18.6.2 deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão Contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad | \quad (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

= 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo IVII-B da referida norma.

19.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; (Deve ser observada a alteração proposta pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, Art. 12. “A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a

contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.”. Neste sentido, o percentual “multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado” que antes era de 5% (cinco por cento) passa a ser de 4% (quatro por cento).

19.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo III deste Termo de Referência.

19.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8 A empresa Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

- 20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.
- 20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 20.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - 20.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
 - 20.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos

custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

- 20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 20.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 20.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.13 Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado em relação aos uniformes e materiais, os quais não são decorrentes da mão de obra, a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e

Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE. Este índice de reajustamento será implementado tendo em vista não haver outro com maior correlação possível com o segmento econômico em que estão inseridos os materiais e uniformes, conforme exposto no item 7, b, do Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017. A aplicação ocorrerá da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.14 Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado em relação ao insumo combustível, o qual não é decorrente da mão de obra, a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de planilha de custos e formação de preços, considerando-se as variações determinadas pela política de preços de combustíveis praticada pelo Governo Federal. A consulta deverá ser realizada através do site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, (http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp) demonstrando a média de preços praticados no Estado de Minas Gerais, relacionado a cada grupo separadamente, uma vez que são compostos pelas cidades onde se localizam os campi, conforme demonstrado no subitem 8.6.1.4, D, nota 9 e 10 do Anexo I - Estudos Preliminares. Este índice corresponde ao de maior relação possível com o seguimento econômico em que os combustíveis estão inseridos, uma vez que traz o valor médio do insumo praticado em cada cidade, em conformidade com o item 7. b, Anexo IX da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

20.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

- 20.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 20.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 20.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 20.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 20.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo IVII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo IVII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
e

21.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

21.14 A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo IVII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 **Multa de:**

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado	03

	e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 22.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 23.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 23.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 23.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 23.3.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 23.3.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2019
- 23.3.4 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado, pelo período mínimo de 3 (três) anos, contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.
- 23.3.5 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta) o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) pelo período mínimo de 3 (três) anos, em número de postos equivalentes ao da contratação conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 23.3.6 Para comprovação do número mínimo de postos exigidos, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017
- 23.3.7 Comprovar autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83.
- 23.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de cada grupo até:
- a) R\$ 3.965.101,32 (três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, cento e um reais e trinta e dois centavos) por ano para o grupo 1 - São João del rei
 - b) R\$ 809.269,00 (oitocentos e nove mil, duzentos e sessenta e nove reais) por ano para o grupo 2 - Ouro Branco
 - c) R\$ 626.912,16 (seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e doze reais e dezesseis centavos) por ano para o grupo 3 - Divinópolis
 - d) R\$ 833.021,12 (oitocentos e trinta e três mil, vinte e um reais e doze centavos) por ano para o grupo 4 - Sete Lagoas
- 23.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo.
- 23.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.234.303,60 (seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e três reais e sessenta centavos) anuais.

24.2. Tal valor foi obtido a partir da média simples de orçamentos oriundos de ampla pesquisa realizada com fornecedores que atuam no ramo da contratação, conforme item IV da Instrução Normativa nº 03 de 20 de abril de 2017.

24.3. Por se tratar de prestação de serviços, o preço da pleiteada contratação é principalmente impactado por salários e benefícios da categoria definidos por Convenção Coletiva de Trabalho. Entretanto, observa-se que há diversas convenções em que os valores dos salários e benefícios variam consideravelmente. Portanto, a pesquisa no painel de preços ou em contratações similares com entes públicos, deve ser criteriosa na busca por resultados em que o instrumento coletivo utilizado para compor o preço de referência rege a categoria profissional dentro da base territorial onde os serviços serão desempenhados, a fim de se evitar distorções na estimativa que possam onerar a futura contratação ou torná-la inexecutável. Ressalta-se que no Estado de Minas Gerais há somente uma Convenção Coletiva de Trabalho para empregados de empresas de segurança e vigilância, a qual possui abrangência territorial em todas suas cidades, o que uniformizaria a pesquisa. Entretanto, após exaustiva pesquisa, não foram encontradas no painel de preços, nem em contratações similares com outros entes públicos, preço dos serviços praticados no estado mineiro, que já contemplasse o reajuste, dos salários e benefícios dos empregados, concedido em 2020. Sem esta observação, haveria risco de a estimativa de preços ficar abaixo do necessário para a exequibilidade do contrato, desestimulando a participação das empresas no presente certame, culminado em licitação deserta e fracassada. Neste sentido, não foi possível a priorização estipulada nos itens I e II da IN nº 03/2017, restando a realização de ampla pesquisa de mercado. Cabe pontuar, além do exposto, que há itens nesta contratação (5 e 13) que se referem a serviços praticados em diferentes turnos do usual, para atender a necessidade da Instituição, não sendo encontrados equivalentes no painel de preços ou em contratações similares com outros entes públicos localizados em Minas Gerais.

24.4. Entretanto, visando impedir que, na análise de mercado, as propostas obtidas fossem fictícias e com sobrevalor ao ponto de ampliar o limite máximo para a pretensa contratação, foi realizada uma estimativa de preços através de estudo de planilhas de custos e formação de preços, a qual consta no Anexo I – Estudos Preliminares, estabelecendo assim, valores referenciais, com fulcro no disposto no item 2.9, anexo IV, da IN SEGES/MP nº 05/2017. Após o confronto e exame dos orçamentos com o estudo de planilhas de custos e formação de preços, constatou-se que a pesquisa realizada de fato condiz com a realidade de mercado, por apresentar valores 2,9% (dois vírgula nove por cento) menores. Destaca-se ainda que os orçamentos cujos valores destoaram dos demais preços pesquisados foram expurgados.

- 24.5. Com base no art. 2º § 1º da IN nº 03/2017/MPDG, os parâmetros, para definição dos preços de referência, foram utilizados de forma combinada, tendo em vista que para a delimitação máxima dos preços para materiais e equipamentos foi realizada pesquisa no painel de preços, conforme esmiuçado no Anexo I – Estudos Preliminares. Para aqueles não encontrados no painel de preços, foi realizada pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

25. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

- 25.1. O modelo da planilha de custos e formação de preços para consolidação e apresentação das propostas está disponível no Anexo IV deste Termo de Referência.
- 25.2. Em conformidade com a IN 05/2017, Anexo I, a planilha de custos e formação de preços é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.
- 25.3. A planilha de custos e formação de preços servirá para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverá ser utilizada como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.
- 25.4. O Anexo VII-A da IN 05/2017 estabelece que o modelo de planilha de custos e formação de preços previsto no Anexo VII-D desta Instrução Normativa deverá ser adaptado às especificidades do serviço e às necessidades do órgão ou entidade Contratante, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço, e constituirá anexo do ato convocatório a ser preenchido pelos proponentes.
- 25.5. No preenchimento da planilha de custos e formação de preços, o licitante deverá observar as orientações/informações, referentes à Convenção Coletiva de Trabalho e demais valores utilizados como parâmetro pela UFSJ. Estas e outras orientações/informações estão dispostas no subitem 25.16.
- 25.6. A UFSJ poderá realizar diligências junto ao licitante vencedor, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na planilha de custos e formação de preços apresentada.
- 25.6.1. A inobservância do prazo fixado pela UFSJ para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes/incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.
- 25.6.2. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para desclassificação da proposta, quando a mesma puder ser ajustada contanto que não haja majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o

bastante para arcar com todos os custos da contratação, conforme aduz o Anexo VII-A da IN 05/2017.

- 25.7. As planilhas de custos e formação de preços devem conter todas as fórmulas truncadas (função “TRUNCAR” no excel ou outro programa equivalente), considerando dois dígitos após a vírgula. Com essa função, as demais casas decimais serão ignoradas, não havendo nenhum arredondamento.
- 25.8. A empresa deverá apresentar a memória de cálculo, indicando a metodologia adotada para a obtenção dos valores de todos os itens constantes nas Planilhas de composição de custos e formação de preços, conforme exposto no subitem 25.16 e seguintes.
- 25.9. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, bem como adicional de periculosidade e adicional noturno.
- 25.10. Os custos de vale refeição deverão ter como base as condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho.
- 25.11. O vale transporte deverá ser concedido pelo licitante vencedor aos empregados de acordo com o Decreto nº 95.247, de 17/11/1987, no valor referente ao itinerário de cada funcionário.
- 25.12. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 25.13. O tipo de assistência médica e odontológica ofertado aos empregados será aquele previsto em convenção Coletiva de Trabalho, devendo tais gastos ser inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços.
- 25.14. Não há previsão de horas extras para os cargos previsto neste Termo de Referência.
- 25.15. Para cada tipo de Posto de Vigilância, deverá ser apresentado, pelos proponentes, o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado conforme a planilha de custos e formação de preços.
- 25.16. **MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA CADA MÓDULO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

25.16.1. Os valores especificados nos subitens a seguir, referentes ao salário e demais benefícios dos empregados, foram retirados da Convenção Coletiva de Trabalho **2019/2020, sob registro no MTE MG000665/2019**, firmada entre SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, ORGÂNICA, SEGURANÇA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL, COMERCIAL E MISTO ..., CNPJ n. 18.355.800/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDILSON SILVA PEREIRA; SINDICATO DOS EMPR EM EMP DE VIG.E SEG.E TRANS.DE VALOR, CNPJ n. 25.206.723/0001-72, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO LUIZ DE ARAUJO; SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, ESCOLTA ARMADA, SEGURANÇA ELETRÔNICA, CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES, SEGURANÇA, CNPJ n. 23.652.446/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO TEIXEIRA; E SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 24.059.628/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON PINTO NETO

25.16.2. **MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

A – salário base do vigilante:

- I. R\$ 1.775,41 (mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos), considerando a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2019, em conformidade com a cláusula terceira da CCT/2019-2020.

B – salário base do supervisor:

- I. R\$ 2.531,20 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte centavos). Segundo o SEGES/Caderno Técnico de Vigilância de MG, como não há previsão na Convenção Coletiva de Trabalho para o salário base ou mesmo gratificação de função de supervisor, o Departamento de Normas e Sistemas de Logística determina o salário base do supervisor da seguinte forma:

Base de cálculo – R\$ 1.775,41 (salário base do vigilante)

Percentual – 42,57% (média calculada com base nos dados do ano anterior, sendo ele a diferença dos salários dos vigilantes e dos supervisores – gratificação).

C – Adicional de periculosidade:

- I. Conforme CCT 2019/2020 cláusula décima terceira - adicional de periculosidade: Assegura-se o adicional de periculosidade, nos termos do art. 193 da CLT com a nova redação dada pela Lei 12.740, de 8 de Dezembro de 2012, c/c a Portaria nº 1885, de 2 de dezembro de 2013, do MTE, no percentual de **30% (trinta por cento)**, a todos os empregados abrangidos por esta convenção, que exerçam atividades ou

operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física, nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, nos termos da Norma Regulamentadora nº 16, com os devidos reflexos previstos em lei.

- II. Lei 12.740 de 8 de dezembro de 2012 - art. 1º: O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações: " Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

- III. SUM-364 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, EXPOSIÇÃO EVENTUAL, PERMANENTE E INTERMITENTE

I) tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

II) não é válida a cláusula de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei e proporcional ao tempo de exposição ao risco, pois tal parcela constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública (arts 7º, XXII e XXIII, da CF e 193, §1º, da CLT

Metodologia de cálculo do adicional de periculosidade

Valor do salário normativo x 30%

D – Adicional Noturno:

- I. CCT 2019/2020 cláusula 12ª - fica ajustado que os empregados abrangidos por esta convenção, quando prestarem serviço entre 22h00min e 05h00min fará jus ao adicional noturno de **40% (quarenta por cento)** sobre o valor do salário hora normal. Em razão das peculiaridades do serviço, fica a hora noturna fixada em 60 (sessenta) minutos.
- II. Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 - Art. 59-A: Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação. (grifo nosso)

Metodologia de cálculo do Adicional Noturno

Vigilante 12x36

Valor do Adicional Noturno (mensal) = $7 \times ((365/12)/2) \times [(SN + P) / 220] \times 40\%$ - onde:

7 = horas noturnas de 22h às 05h

$(365/12)/2$ = número de dias trabalhados/mês por vigilante

SN + P = salário normativo + periculosidade

220 = divisor utilizado para cálculo de hora/mês

40% = índice calculado sobre o valor do salário hora normal

Vigilante 44h semanais

Valor do adicional noturno (mensal) = $(2 \times MDU) \times (SN + P)/220 \times 40\%$, ONDE:

2 = horas noturnas trabalhadas de 22h às 24h

MDU = média de dias úteis de cada cidade

SN + P = salário normativo + periculosidade

220 = divisor utilizado para cálculo de hora/mês

40% = índice calculado sobre o valor do salário hora normal

E – Dia do vigilante:

- I. CCT 2019/2020 - cláusula sexagésima quarta: fica ajustado que os empregadores concedem aos vigilantes abrangidos por este instrumento normativo o dia 20 (vinte) de junho como feriado para a comemoração do Dia do Vigilante.
- II. Para fins de compensação deste dia, há impacto somente para os vigilantes da escala 44h semanais, tendo em vista as alterações da Lei nº 13.467/2017 para a escala 12x36.
- III. O feriado para comemoração do dia do vigilante trata-se de um dia comum e de plenas atividades para a UFSJ, não podendo ser concedida folga aos vigilantes da escala 44h semanais.
- IV. Art. 9º da Lei 605/49 revogado pela Medida Provisória nº 905/2019, art. 70 - o trabalho aos domingos e feriados será remunerado em dobro, exceto se o empregador determinar outro dia de folga compensatória.
- V. Sendo assim, a Contratada deverá determinar, aos vigilantes da escala 44h semanais, a segunda feira de carnaval como folga compensatória referente ao trabalho no feriado do dia do vigilante, uma vez que o fluxo de movimentação na Instituição naquele dia equivale a de um fim de semana.

- VI. Caso o dia 20 de junho ocorra no sábado ou domingo, não haverá necessidade de compensação, devendo os vigilantes da escala 44h semanais trabalharem normalmente na segunda feira de carnaval.

25.16.3. **MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

25.16.3.1. Submódulo 2.1 – décimo terceiro salário, férias e adicional de férias

A – 13º (décimo terceiro) salário

- I. CF/1998 art. 7º - são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- II. IN nº 07/2018 - Nota 1: como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.
- III. Decreto nº 57.155 art. 1º: o pagamento da gratificação salarial, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com alterações constantes da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1964, será efetuado pelo empregador até o dia 20 de Dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.
Parágrafo único. A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.
- IV. Decreto nº 57.155 art. 1º: o pagamento da gratificação salarial, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com alterações constantes da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1964, será efetuado pelo empregador até o dia 20 de Dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.
Parágrafo único. A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral

Metodologia de cálculo para o 13º salário

valor para 13º salário = módulo 1 x 8,33% ONDE:

Módulo 1 = remuneração

8,33% = corresponde a 1 / 12 (um evento a cada doze meses)

B – Férias e adicional de férias

- I. CF/1988, art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:
XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- II. Instrução Normativa nº 07 de 20 de setembro de 2018, SEGES/MPDG - Nota 3: levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.
- III. IN nº 07/2018 - Nota 1: como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Metodologia de cálculo de férias e adicional de férias

valor para férias = módulo 1 x 8,33%, ONDE:

Módulo 1 = remuneração

8,33% = férias + adicional de férias, onde

férias = $[(1/12) \times 100] = 8,33\%$

adicional de férias = módulo 1 x 2,78%, ONDE:

módulo 1 = remuneração

2,78% = adicional de férias

adicional de férias = $[(1/3)/12 \times 100] = 2,78\%$

25.16.3.2. Submódulo 2.2 – encargos previdenciários e FGTS

ITEM	%	FUNDAMENTO
SEGURIDADE SOCIAL	20%	Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 16 de março de 2007
SEI/SESC	1,5%	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990
SENAI/SENAC	1%	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970
INCRA	0,2%	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

SEBRAE	0,6%	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990
Salário Educação	2,5%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982
FGTS	8%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art 7º, III, CF
Riscos Ambientais do Trabalho - RAT x FAP	RAT x FAP	Decreto 3.048 de 6 de maio de 1999

- I. Alíquota de contribuição para o RAT será de 3%, risco grave - atividades de vigilância e segurança privada - código 8011-1/01, Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999
- II. O Fator Acidentário de Prevenção - FAP é um multiplicador, atualmente calculado por estabelecimento, que varia de 0,5000 a 2,0000, a ser aplicado sobre as alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarificação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. O FAP varia anualmente. É calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social. Como varia anualmente, caso ocorra prorrogação contratual, o índice RAT x FAP deverá ser atualizado na planilha de composição de custos e formação de preços
- III. O licitante deverá preencher o item RAT x FAP das planilhas de composição de custos e formação de preços com o valor de seu FAP (Fator Acidentário de Prevenção), a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação do documento FAT-WEB
- IV. No tocante ao cálculo do RAT x FAP, para o índice do FAP deverá ser considerado o número com até 4 (quatro) dígitos após a vírgula, comprovados mediante o FAP-WEB

Metodologia de cálculo dos encargos previdenciários, FGTS e outros

= índice de cada encargo x (módulo 1 + submódulo 2.1)

25.16.3.3. Submódulo 2.3 – benefícios mensais e diários

- I. Para cálculo do vale transporte e vale refeição dos vigilantes na escala 44h semanais, serão considerados a média dos dias úteis conforme apurado no Anexo I – Estudos Preliminares – contados de segunda à sexta feira,

desconsiderando os feriados civis, religiosos (ver relação dos feriados no Anexo I – Estudos Preliminares).

A – Vale transporte:

- I. CCT 2019/2020 - Cláusula 3ª parágrafo décimo - as empresas são obrigadas a contratarem seguro de vida em grupo nos moldes da cláusula “seguridade” para os vigilantes/seguranças de eventos. E, fornecerem vale transporte e alimentação para os mesmos.
- II. CCT 2019/2020 - Cláusula décima sexta - vale transporte - em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418 de 16/12/85, com a redação dada pela Lei 7.619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto 95.247, de 16/11/87, as Empresas anteciparão aos seus empregados o vale transporte integralmente, até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo primeiro - A concessão desta vantagem atende ao disposto na Lei 7.418 de 16/12/85, com redação dada pela Lei 7.619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto 95.247, de 16/11/87.

Parágrafo segundo - Tendo em vista o que dispõe o parágrafo único do artigo 4º, da Lei 7.418, de 16/12/85, o valor da participação das Empresas nos gastos de deslocamento do trabalhador será equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) do salário básico do empregado.

Parágrafo terceiro - As empresas que assim optarem, poderão efetuar o pagamento do vale transporte em dinheiro para aqueles trabalhadores que exerçam suas funções no interior do estado, observadas as determinações legais.

Parágrafo quarto - vale transporte concedido em dinheiro, nos termos do parágrafo anterior, não tem natureza salarial para nenhum efeito legal, não se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS, não será considerada para efeito de pagamento de gratificação natalina (13º salário) e não configura rendimento tributário do beneficiário.

- III. SEGES/Caderno Técnico/vigilância/MG
Proporcionalidade: Conforme art. 10 do Decreto nº 95.247, de novembro de 1987, a parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário, uma vez que o vigilante 12x36 recebe referente a 15 dias, a proporcionalidade é de 50%

IV. Tarifas:

GRUPO	CIDADE	TARIFA	DECRETO
1	São João del Rei	R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)	Decreto nº 7.992, de 15 de março de 2019
2	Ouro Branco	R\$ 3,50 (três reais e	Decreto 9.185 de 27 de dezembro de

		cinquenta centavos)	2018
3	Divinópolis	R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos)	Decreto nº 12.796 de 12 de janeiro de 2018
4	Sete Lagoas	R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)	Decreto nº 6.190 de 27 de dezembro de 2017

V. SEGES/Caderno Técnico/vigilância/MG

Vales por dia: quando não previstos na CCT, considera-se 02 (dois) vales transportes (ida e volta).

Metodologia de cálculo do Vale Transporte - VT

Vigilante 12 x 36

$VT = ((2 \times VVT \times (365/12)/2)) - (6\% \times (\text{Salário Base})/2)$ ONDE:

2 = número de vales (ida e volta)

VVT = valor do vale transporte

$(365/12)/2$ = número de dias trabalhados/mês por vigilante

6% = parcela equivalente ao valor custeado pelo empregado

Salário base/2 = proporcionalidade de 50% referente à metade do mês trabalhado

Vigilante 44h semanais

$VT = ((2 \times (VVT \times MDU)) - (6\% \times \text{salário base}))$ ONDE:

2 = número de vales (ida e volta)

VVT = valor do vale transporte

MDU = média dos dias úteis de cada grupo (ver estudos preliminares)

6% = parcela equivalente ao valor custeado pelo empregado

Salário base = salário normativo da categoria

B – Auxílio alimentação

- I. CCT 2019/2020 - Cláusula décima quinta - tíquete refeição - as partes convenientes ajustam que, a partir de 1º de janeiro de 2019, as empresas ficam obrigadas a conceder o Ticket Refeição, no valor de R\$ 19,00 (dezenove reais), por dia efetivamente trabalhado, a todos os empregados, independentemente do regime de trabalho

Parágrafo terceiro – o benefício aqui instituído não integrará a remuneração dos trabalhadores para nenhum tipo de finalidade por não se tratar de parcela de natureza salarial.

Parágrafo quarto – o pagamento do ticket deverá ocorrer até o quinto dia útil subsequente ao mês trabalhado.

Parágrafo sexto – as empresas poderão deduzir até 10% do valor do ticket indicado no caput desta cláusula.

- II. Novo valor do ticket refeição corresponde à R\$ 19,85 (dezenove reais e oitenta e cinco centavos) após reajuste segundo considerando a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2019, em conformidade com a cláusula terceira da CCT/2019-2020 índice. As empresas poderão deduzir até 10% do valor do ticket, ensejando o valor facial líquido de R\$17,87(dezessete reais, oitenta e sete centavos).

Metodologia de cálculo de vale alimentação - VA

Vigilante 12 x 36

$VA = (VVA \times (365/12)/2) \times 0,9$, ONDE:

VA = vale alimentação

VVA = valor unitário do vale alimentação

$(365/12)/2$ = número de dias trabalhados/mês por vigilante

0,9 = desconto de 10% referente ao vale alimentação

Vigilante 44h semanais

$VA = (VVA \times MDU) \times 0,9$ ONDE:

VA = vale alimentação

VVA = valor unitário do vale alimentação

MDU = média de dias úteis de cada grupo conforme Anexo I – Estudos Preliminares

0,9 = desconto de 10% referente ao vale alimentação

C – Cesta básica

- I. Novo valor da cesta básica corresponde à R\$ 125,05 (cento e vinte e cinco reais e cinco centavos) após reajuste considerando a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2019, em conformidade com a cláusula terceira da CCT/2019-2020.

D – Assistência médica e odontológica

- I. CCT 2019/2020 - Cláusula décima sétima - CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARA CUSTEIO E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA – Novo valor corresponde à R\$ 100,88 (cem reais e oitenta e oito centavos) após reajuste

considerando a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2019, em conformidade com a cláusula terceira da CCT/2019-2020.

- II. Cláusula décima oitava - CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARA CUSTEIO DE PLANO ODONTOLÓGICO- Novo valor corresponde à R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos) após reajuste considerando a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2019, em conformidade com a cláusula terceira da CCT/2019-2020.

E – Combate à vigilância clandestina

- I. CCT 2019/2020 - cláusula quinquagésima nona - PROGRAMA DE COMBATE À VIGILÂNCIA CLANDESTINA - parágrafo segundo - As empresas abrangidas pela presente CCT, no intuito de contribuir com as atividades do Programa de Combate à Vigilância Clandestina, bem como com outras atividades sociais, educativas, de comunicação e/ou de relevância pública que as entidades sindicais convenientes venham a prestar, destinarão à entidade sindical patronal (SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS), signatária deste instrumento coletivo, mensalmente, a importância de R\$ 4,00 (quatro reais) por empregado, sem nada descontar deste, valor que deverá ser recolhido ao sindicato até o décimo dia de cada mês, mediante boleto bancário emitido pelo SINDESP/MG.

F – Seguro de vida

- I. CCT 2019/2020 - cláusula décima nona - SEGURIDADE
Aos VIGILANTES, VIGILANTES DE EVENTOS, VIGILANTES DE ESCOLTA ARMADA, VIGILANTES DE SEGURANÇA PESSOAL, FISCAIS, SUPERVISORES, LÍDERES E INSPETORES DE VIGILÂNCIA abrangidos por esta convenção fica garantida a indenização por seguro de vida, de acordo com a legislação vigente (resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89 e da Portaria 387/2006 DG/DPF) nos seguintes valores:
- A) 65 (sessenta e cinco) vezes o piso salarial do vigilante patrimonial no mês, na hipótese de morte por qualquer causa.
 - B) Até 65 (sessenta e cinco) vezes o piso salarial do vigilante patrimonial no mês, na hipótese de invalidez funcional permanente total consequente de doença (IFPD).
 - C) Até 65 (sessenta e cinco) vezes o piso salarial do vigilante patrimonial no mês, na hipótese de invalidez por acidente total ou parcial.

25.16.4. MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

A – Aviso Prévio Indenizado

- I. CF/1988 - Art. 7º são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que vivem à melhoria de sua condição social:
XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
- II. Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no §1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado nos contratos do STF, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Nesse sentido, a provisão necessária será somente para estes empregados, pois os demais receberão o aviso prévio trabalhado quando findar o contrato.
- III. Baseado nas informações acima, a licitante deverá apontar o dado estatístico a ser utilizado na proposta, como no exemplo seguinte:

Metodologia de cálculo do índice referente ao Aviso Prévio Indenizado - API

$\{(1/12 \times 5\%) \times 100 = 0,417\%$ ao mês, ONDE:

1 = O API corresponde ao pagamento integral da remuneração, com desligamento imediato do empregado

12 = representa o rateio da remuneração em 12 meses

5% = dado estatístico

0,417% = percentual que será aplicado sobre o somatório do módulo 1 + submódulo 2.1, ONDE:

módulo 1 = composição da remuneração

submódulo 2.1 = décimo terceiro salário, férias e adicional de férias

B – Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado

- I. Lei 8.036/90, art. 15 - Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.
- II. Súmula 305 TST - o pagamento relativo ao período do aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS.
- III. Jurisprudência TCU 9.7.4. Proponha aos contratados, com suporte no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a repactuação de preços de todos os contratos, visando excluir das planilhas de custos e formação de preços os custos decorrentes da incidência dos encargos sociais do Grupo “A” da planilha, exceto FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e indenização adicional (Grupo “E”), porque essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei nº 9.528/97, que promoveu

alterações na Lei nº 8.212/91, exigindo-se a compensação ou reembolso das quantias respectivas pagas desde o início dos contratos. (Acórdão nº 2.217/2010 - Plenário).

Metodologia de cálculo da Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado
percentual do FGTS (8%) x valor do aviso prévio indenizado

C – Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado

- I. SEGES/caderno técnico/MG Corresponde a 50% dos quais 40% refere-se à multa do FGTS e 10% ~~à contribuição social a ser recolhida na rede bancária e transferida à Caixa Econômica Federal.~~ (A Lei nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019, dentre outras alterações, extingue a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Art. 12: a partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001).
- II. De acordo com levantamento efetuado nos contratos do STF, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.
- III. A licitante deverá apontar o dado estatístico na proposta encaminhada como no exemplo seguinte.

Metodologia para cálculo da multa sobre o aviso prévio indenizado

$0,08 \times 0,4 \times 0,05 = 0,16\%$, ONDE:

0,08 = montante a ser recolhido mensalmente a título de FGTS (8%)

0,4 = 40% multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa

0,05 = 5% dos empregados não cumprem aviso prévio (dado estatístico)

Multa do FGTS sobre o API

$0,16\% \times (\text{Módulo 1} + \text{submódulo 2.1})$, ONDE:

módulo 1 = composição da remuneração

submódulo 2.1 = décimo terceiro salário, férias e adicional de férias

D – Aviso Prévio Trabalhado

- I. Decreto nº 5452 - art. 488: O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.
Parágrafo único - É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias previstas neste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço,

sem prejuízo do salário integral, por 1 (um) dia, na hipótese do inciso I, e por 7 (sete) dias corridos, na hipótese do inciso II do art. 487 desta Consolidação

- II. Lei nº 12.506 - Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

- III. Fica desde já estabelecido o entendimento do TCU: Acórdão nº 1186/2017 - TCU – Plenário - 9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que, nas futuras contratações de mão de obra terceirizada, esteja expresso na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/201

Metodologia para cálculo do Aviso Prévio Trabalhado - APT

$((7/30)/12) \times 1 \times 100 = 1,94\%$, ONDE,
 $(7/30)/12 = 7$ dias em 30, rateado em 12 meses
1 = 100% dos casos

$APT = 1,94\% \times (\text{módulo } 1 + \text{submódulo } 2.1)$

E – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o aviso prévio trabalhado

- I. Para o cálculo desse índice, aplica-se o percentual do submódulo 2.2 sobre o valor encontrado para o aviso prévio trabalhado.

Metodologia para cálculo da incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT

percentual do submódulo 2.2 x valor do aviso prévio trabalhado

F – Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado

- I. Lei 8.036/90 Art 18 - Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

- II. A Lei nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019, dentre outras alterações, extingue a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Art. 12: a partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Metodologia para cálculo da multa sobre o aviso prévio trabalhado

$0,08 \times 0,4 \times 100\% = 3,2\%$, ONDE:

0,08 = montante a ser recolhido mensalmente a título de FGTS (8%)

0,4 = 40% multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa

100% = 100% dos empregados cumprem aviso prévio trabalhado

Multa do FGTS sobre o API = $3,2\% \times (\text{Módulo 1} + \text{submódulo 2.1})$, ONDE:

módulo 1 = composição da remuneração

submódulo 2.1 = décimo terceiro salário, férias e adicional de férias

25.16.5. **Módulo 4 – custo de reposição do profissional ausente**

- I. IN 05/2017 - Anexo I - definições: V - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE: custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional que está em gozo de férias ou em caso de suas ausências legais, dentre outros.
- II. IN 05/2017 - Anexo IVII-D - Módulo 4 - custo de reposição do profissional ausente; Nota 1: os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos caso de ausências legais (submódulo 4.1) e/ou intrajornada (submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.
- III. SEGES/caderno técnico/vigilância/MG - Para o presente exercício foram atualizados os dados resultantes do estudo desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em 2014/2015, adotando-se a métrica estabelecida por aquela instituição, com dados atualizados da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016 e dados estatísticos sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizados pelo INSS/MPS em 2014, em virtude da inexistência de base similar para 2016.
- IV. Perguntas e respostas sobre a IN 05/2017 - Ministério da Economia - <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/in-servico-faq#P5.3> (acessado dia 17 de dezembro às 13:25) Para analisar os lançamentos nominados com a rubrica

“**férias**” na **planilha modelo**, faz-se necessário entender, primeiramente, a definição constante da **alínea V do Anexo I** da IN nº 5, de 2017, que dará origem ao provisionamento do **Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**.

“V - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE: custo necessário para substituir, o posto de trabalho, o profissional que está em gozo de férias ou em caso de suas ausências legais, dentre outros.”

Assim, este módulo destina-se ao provisionamento financeiro a ser realizado pela Administração para a quitação de despesas em casos de **ausência do empregado residente** em seu contrato. Dito de outra forma, destina-se à “**cobertura**” dos **seguintes eventos, dentre outros**:

1. a) cobertura por afastamento por licença paternidade ou maternidade;
2. b) cobertura de ausência por acidente de trabalho;
3. c) cobertura por seu afastamento para o gozo de férias.

Vejamos, ainda, a nota explicativa que inaugura o **Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**, presente no Anexo IVII-D da IN nº 05/2017.

“Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositores/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.”

Ou seja, as rubricas constantes no Submódulo 4.1 – Ausências Legais (Férias, licença-paternidade, afastamento maternidades, etc) não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos que relativos ao pagamento dos profissionais-repositores que irão cobrir a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações

- V. Dentre os benefícios mencionados no submódulo 2.3, constam Vale Transporte e Auxílio Alimentação, os quais são pagos por dia efetivamente trabalhado. Neste sentido, em caso de afastamentos por férias e outras ausências legais, estes benefícios serão descontados e farão parte do cômputo para o substituto.

A – Substituto na cobertura de férias

- I. Férias: Art. 129 da CLT - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)
- II. Perguntas e respostas sobre a IN 05/2017 - Ministério do Economia - <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/in-servico-faq#P5.3> (acessado dia 17 de dezembro às 13:25) - “(...) **está, ainda, garantido o provisionamento dos custos necessários à reposição do profissional, mediante cômputo de um "substituto para a cobertura de férias e outras**

ausências legais" conforme previsto no Módulo 4, onde devem ser provisionados todos os direitos que este repositório possui: remuneração, encargos, benefícios, e inclusive, provisão de férias proporcionais ao período em que ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em Lei. (...)

Metodologia para cálculo do Substituto na cobertura de férias

Índice

$((1/12) = 8,33\%$, ONDE,

$1/12 = 1$ evento a cada 12 meses

substituto na cobertura de férias =

$8,33\% \times (\text{módulo 1} + \text{módulo 2} - (VT + VA) + \text{módulo 3})$, ONDE

$8,33\%$ = índice do substituto na cobertura de férias

módulo 1 = remuneração

módulo 2 = encargos e benefícios anuais, mensais e diários

VA = vale alimentação

VT = vale transporte

módulo 3 = provisão para rescisão

B – Substituto na cobertura de ausências legais

- I. Decreto 5452 - Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:
 - I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;
 - II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
 - III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;
 - IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;
 - V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
 - VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).
 - VII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
 - VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.
 - IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
 - X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;

- XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica
- II. Decreto 5.452 - Art. 146 - Na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.
- Parágrafo único - Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.
- III. Deverá ser descontado, do valor referencial que incidirá a cobertura de ausências legais, o vale alimentação e transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhado. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.
- IV. Caderno de Logística/Vigilância patrimonial - Jurisprudência TCU Acórdão nº 1753/2008 – Planalto B4. Faltas legais 54. São compostas por um conjunto de casos em que o funcionário pode faltar por determinadas razões, com amparo legal, e a Contratada deve repor essa mão de obra. Pela lei, cada funcionário tem direito a faltar: 2 (dois) dias em caso de morte do cônjuge, ascendente ou descendente; 1 (um) dia para registro de nascimento de filho; 3 (três) dias para casamento; 1 (um) dia para doação de sangue; 2 (dois) dias para alistamento eleitoral; e 1 (um) dia para exigências do serviço militar; entre outros. O MP informou que há em média 2,96 faltas por ano nesta rubrica.
- V. A licitante deverá apontar o dado estatístico conforme exemplo seguinte:

Metodologia para cálculo na cobertura de ausências legais

$[(2,96/30)/12] \times 100 = 0,822\%$, ONDE,

2,96 = estimativa de média de ausência no ano segundo MP

30 = número de dias do mês

12 = rateio do provisionamento por 12 meses

ausências legais = $0,822\% \times (\text{módulo 1} + (\text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA})) + \text{módulo 3})$, ONDE:

0,822% = índice de ausências legais

módulo 1 = remuneração

módulo 2 = encargos e benefícios

VT = Vale transporte

VA = vale alimentação

módulo 3 = provisão para rescisão

C – Substituto na cobertura por ausências por doenças

- I. Decreto nº 27.048 de 12 de agosto de 1949 - art. 12: Art 12. Constituem motivos justificados:
- a) os previstos no [art. 473, e seu parágrafo da Consolidação das Leis do Trabalho](#);
 - b) a ausência do empregado, justificada, a critério da administração do estabelecimento, mediante documento por esta fornecido;
 - c) a paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;
 - d) a falta ao serviço, com fundamento na Lei de Acidentes do Trabalho;
 - e) a ausência do empregado, até três dias consecutivos, em virtude de seu casamento;
 - f) a doença do empregado devidamente comprovada, até 15 dias, caso em que a remuneração corresponderá a dois terços da fixada no art. 10.
- § 1º A doença será comprovada mediante atestado passado por médico da empresa ou por ela designado e pago
- II. Deverá ser descontado do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de ausências legais, o vale alimentação e transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhado. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.
- III. A licitante deverá apontar o dado estatístico (estimativa) conforme exemplo abaixo:

Metodologia para cálculo na cobertura de ausências por doenças

$[(5/30)/12] \times 100 = 1,39\%$, ONDE,

5 = dias (estimativa apresentada no SEGES/caderno técnico/vigilância/MG)

30 = número de dias do mês

12 = rateio do provisionamento por 12 meses

ausências por doença = $1,39\% \times (\text{módulo 1} + (\text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA})) + \text{módulo 3})$, ONDE:

1,39% = índice de ausências legais

módulo 1 = remuneração

módulo 2 = encargos e benefícios

VT = Vale transporte

VA = vale alimentação

módulo 3 = provisão para rescisão

D – Substituto na cobertura de licença paternidade

- I. CF/1988 - Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social
- XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- II. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Art. 10 - §1º até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7, XIX, da Constituição, o prazo da licença paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

- III. CCT-2019/2020 - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA PATERNIDADE - salvo disposição legal posterior mais benéfica, assegura-se a licença paternidade remunerada pelo prazo de 05 (cinco) dias corridos. subsequentes ao nascimento do filho, já abrangido o dia para o seu registro (art. 473, inciso III, da CLT)
- IV. Em 09 de março de 2016 foi publicada a Lei 13.257, que acresce mais 15 (quinze) dias de licença a paternidade para empresas que forem tributadas pelo Lucro Real e inscritas no Programa Empresa Cidadã.
Lei 13.257 - Art. 38 - Os art. 1º, 3º, 4º e 5º da [Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008](#), passam a vigorar com as seguintes alterações:
[Art. 1º](#) É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:
II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no [§ 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).
- V. Será necessário a empresa demonstrar qual o seu regime tributário tendo em vista que, caso não seja tributada pelo lucro real e inscrita no programa empresa cidadã, para o valor referencial que incidirá sobre a cobertura de licença paternidade, deve ser excluído o submódulo 2.1 (13º e férias), tendo em vista que os afastamentos são inferiores a 15 dias, não fazendo jus ao pagamento destas rubricas, conforme as itens 6 e 7 seguintes.
- VI. Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962 - Art. 1º Art. 1º - No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.
§ 2º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior. (grifo nosso)
- VII. Decreto nº 5452 - art. 146: na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.
Parágrafo único - na cessação do contrato de trabalho, após 12(dozes) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias. (grifo nosso)
- VIII. Deverá ser descontado, do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de licença paternidade, os valores correspondentes ao Vale Alimentação e Transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhado. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.
- IX. Caderno de Logística/Vigilância patrimonial - licença paternidade: de acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.
- X. Caderno de Logística/Vigilância patrimonial - Jurisprudência TCU - Acórdão nº 1753/2008 – plenário B3. licença paternidade/maternidade - 53. Essa licença é de 5 (cinco) dias corridos iniciados no dia do nascimento do filho. O MP informou que considera uma taxa de fecundidade de 6,24%, e que o setor de vigilância tem uma

participação masculina de 95,04%, o que resulta em uma provisão mensal de 0,08% para arcar com esses custos.

XI. A licitante deverá apontar a estimativa de ocorrência conforme exemplo abaixo:

Metodologia para cálculo da cobertura de licença paternidade

Índice

$[(5/30)/12] \times 0,0576 = 0,08\%$, ONDE:

5 = cinco dias de ausência

30 = impacto sobre o mês

12 = impacto diluído ao longo de 12 meses

0,0576 ou 5,76% = estimativa de ocorrência segundo MP

licença paternidade = $0,08\% \times (\text{módulo 1} + \text{submódulo 2.2} + (\text{submódulo 2.3} - (\text{VT} + \text{VA})))$, ONDE:

0,08% = índice de licença paternidade

módulo 1 = remuneração

submódulo 2.2 = encargos previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições

submódulo 2.3 = benefícios diários e mensais

VA = vale alimentação

VT = Vale transporte

PARA EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO REAL E INSCRITAS NO PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

licença paternidade = $0,08\% \times (\text{módulo 1} + \text{submódulo 2.1} + \text{submódulo 2.2} + (\text{submódulo 2.3} - (\text{VT} + \text{VA})))$, ONDE:

0,08% = índice de licença paternidade

módulo 1 = remuneração

submódulo 2.1 = 13º salário e férias

submódulo 2.2 = encargos previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições

submódulo 2.3 = benefícios diários e mensais

VA = Vale Alimentação

VT = Vale Transporte

E – Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho

- I. Caderno de Logística/Vigilância patrimonial - definição: custo referente aos 15 (quinze) primeiros dias em que o empregado não pode exercer suas atividades devido a algum acidente de trabalho e a empresa Contratada deve remunerá-lo. após esse período, a incubência desse ônus é do INSS.
- II. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 - art. 19: Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei,

provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 20: Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

Art. 60: O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

III. Decreto 5.452/1943 - art. 131: Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

III - por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, excetuada a hipótese do inciso IV do art. 133; (Redação dada pela Lei nº 8.726, de 5.11.1993)

IV - justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário; (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977.

IV. Caderno de Logística/Vigilância patrimonial - jurisprudência TCE - Acórdão nº 1753/2008 – Plenário - B5. Acidente de trabalho - 55. É referente aos 15 primeiros dias em que o empregado não pode exercer suas atividades devido a algum acidente no trabalho e a Contratada deve remunerá-lo. Após esse período, a Previdência Social assume esse ônus. O MP informou que considera que cada empregado falta 0,91 dias por ano em decorrência do fato.

V. Deverá ser descontado do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de ausência por acidente de trabalho, os valores correspondentes ao Vale Alimentação e Transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.

VI. A licitante deverá apontar a estimativa conforme exemplo abaixo:

Metodologia para cálculo na cobertura de ausência por acidente de trabalho

Índice

$[(15/30)/12] \times 0,0025 \times 100 = 0,001\%$, ONDE:

15 = dias de ausência cobertos pelo empregador

30 = impacto sobre o mês

12 = impacto diluído ao longo de 12 meses

0,0025 (0,25%) = estimativa de 0,91 dias por ano segundo MP

acidente de trabalho = $0,001\% \times (\text{módulo 1} + \text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA}) + \text{módulo 3})$, ONDE:

0,01% = índice de ausência por acidente de trabalho

módulo 2 = Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

VA = Vale Alimentação

VT = Vale Transporte

módulo 3 = provisão para rescisão

F – Substituto na cobertura de afastamento maternidade

- a) CF/1988 - Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social
XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias
- b) Decreto 5.452/1943 - art. 392: A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- c) Lei 11.770/2008 - Art 1º - é instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:
I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal
Nota 4: Lei 8.213/1991 - art 71-A: Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.
§ 1º O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.
- d) Caderno de logística/vigilância patrimonial
Normativos - Ministério do trabalho - Instrução Normativa nº 84/2010
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 13 DE JULHO DE 2010 – Dispõe sobre a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.
Art. 6º A verificação a que se refere o art. 5º será realizada inclusive nas hipóteses em que o trabalhador se afaste do serviço, por força de lei ou de acordo, mas continue percebendo remuneração ou contando o tempo de afastamento como de serviço efetivo, tais como:
IV – Licença-maternidade.
- e) Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 - Art. 71 O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
[\(Redação dada pela Lei nº 10.710, de .2003\)](#)

Art. 72 - O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

§1º - cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no [art. 248 da Constituição Federal](#), quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. [\(Incluído pela Lei nº 10.710, de 2003\).](#)

- f) durante este período a empregada não recebe remuneração do empregador. A única despesa que o empregador terá, em decorrência do afastamento da trabalhadora, é relativa às férias proporcionais do empregado substituto. O substituto terá, a cada 12 meses trabalhados, direito à férias, cujo período aquisitivo se deu, em parte, no período em que esteve substituindo a prestadora-titular enquanto usufruía a licença maternidade. Trata-se portanto tão somente de provisionamento do custo relativo às férias do substituto, proporcionais aos 120 dias de afastamento da empregada em licença maternidade.
- g) dados do IBGE 2020 quanto à taxa de fecundidade no estado de MG
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>> Acesso em 19 de dezembro de 2019.
- h) Deverá ser descontado, do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de licença maternidade, os valores correspondentes ao Vale Alimentação e Vale Transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.
- i) Para empresas tributadas pelo lucro real e inscritas no programa empresa cidadã, haverá alteração da média de dias de licença maternidade, conforme descrito no quadro seguinte
- j) A licitante deverá apontar os dados estatísticos conforme exemplo abaixo:

Metodologia para cálculo do substituto na cobertura de afastamento maternidade - AMT

$AMT = [(1 + \frac{1}{3})/12] \times 0,0161 \times ((3,95/12)) = 0,059\%$, ONDE:

$(1 + \frac{1}{3})/12$ = equivale proporção de férias + 1 terço de férias

0,0161 = 1,61% dados do IBGE 2020 quanto a taxa de fecundidade no estado de MG

3,95 = média de dias - $(365/12) = 30,4167$ $120/30,4167 = 3,95$ meses de licença maternidade

$3,95/12$ = custo provisionado pelo empregador para cobrir a reposição licença maternidade

$AMT = 0,059\% \times (\text{módulo 2} - (VT + VA) + \text{módulo 3})$, ONDE:

0,001% = índice de licença maternidade

módulo 2 = encargos e benefícios anuais, mensais e diários

VA = Vale Alimentação
VT = Vale Transporte
módulo 3 = provisão para rescisão

PARA EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO REAL E INSCRITAS NO
PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

$AMT = [(1+\frac{1}{3})/12] \times 0,0161 \times ((5,92/12)) = 0,088\%$, ONDE:

$(1+\frac{1}{3})/12$ = equivale proporção de férias + 1 terço de férias

0,0161 = 1,61% dados do IBGE 2020 quanto a taxa de fecundidade no estado de MG

5,92 = média de dias - $(365/12) = 30,4167$ $180/30,4167 = 5,92$ meses de licença
maternidade

$5,92/12$ = custo provisionado pelo empregador para cobrir a reposição licença
maternidade

25.16.6. **MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS**

- I. IN 05/2017 - Anexo IVII-D - insumos diversos corresponde a uniformes, materiais, equipamentos entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

A – Uniformes

- I. O licitante deverá apontar o valor individual de cada peça, na aba exclusiva “uniformes e EPI’s”.
- II. Na aba “uniformes e EPI’s”, o licitante deverá preencher o custo unitário para os uniformes do vigilante, supervisor e para o vigilante motorizado, o qual possui itens específicos, conforme os postos de cada grupo.
- III. Os valores máximos para os uniformes foram obtidos através de média simples de 3 (três) orçamentos pesquisados no painel de preços do Ministério da Economia <<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>> e em sites da internet de amplo domínio, cujos valores podem ser verificados no Anexo I – Estudos Preliminares.
- IV. Não serão aceitos valores superiores aos previamente estipulados nos subitens 13.1, 13.2 e 13.4 deste instrumento.
- V. O licitante deverá verificar o quantitativo de uniformes no item 13 deste termo de referência.

B – Materiais

- I. Os valores máximos para os materiais foram obtidos através da média simples de 3 (três) orçamentos pesquisados no painel de preços do Ministério da Economia <<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>> e em sites da internet de amplo domínio, cujos valores podem ser verificados no Anexo I – Estudos Preliminares.

- II. O licitante deverá verificar o quantitativo de materiais no subitem 9.1.1 deste Termo de Referência para cada grupo.
- III. O licitante deverá apontar o custo unitário de cada material, na aba exclusiva para “materiais, equip. e insumos”.
- IV. Não serão aceitos valores superiores aos previstos no subitem 9.1.1 deste instrumento.

C - Equipamentos

- I. A Administração não deve pagar o preço integral do eventual equipamento, mas somente o valor equivalente à taxa de depreciação desse bem durante a vigência do contrato. Do contrário, a Administração pode cometer o erro de remunerar o contratado, pelo custo de aquisição integral do equipamento, conforme discutido pelo TCU no âmbito do Acórdão 966/2010 - Plenário.
- II. Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público - exercício 2017: valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.
- III. O licitante deverá verificar o quantitativo e as especificações dos equipamentos no item 9.1.2 deste Termo de Referência.
- IV. Não serão aceitos valores superiores aos previamente previstos no subitem 9.1.2 deste instrumento.
- V. O método de depreciação a ser utilizado nos cálculos será o Método das Cotas Constantes, o qual utiliza-se da taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere (Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público)
- VI. A taxa anual de depreciação de cada equipamento está apontada nos subitens 9.1.2.6 e 9.1.2.7 deste Termo de Referência.
- VII. As taxas para manutenção dos equipamentos estão apontadas no subitem 9.1.3 deste Termo de Referência, não sendo permitidos índices superiores.

Metodologia para cálculo dos equipamentos (lanterna, cassete e relógio de ponto) depreciados

equipamentos depreciados = $[(VE \times 0,8) / (8 \times 12)]$, ONDE:

VE = valor do equipamento

0,8 = valor residual de 20% (findo o tempo de vida útil do equipamento, 8 anos, ainda possuirá um valor residual de 20%)

8 = tempo de vida útil

12 = nº de meses do contrato

Metodologia para cálculo da motocicleta depreciada

motocicleta depreciada = $[(VE \times 0,75) / ((4 + 1) \times 12)]$, ONDE:

VE = valor do equipamento

0,75 = valor residual de 25% (findo o tempo de vida útil do equipamento, 4 anos, ainda possuirá um valor residual de 25%)

(4 + 1) = 4 anos de vida útil + 1 ano para que o valor de depreciação fique diluído por 5 anos

12 = nº de meses do contrato

Metodologia para cálculo da manutenção mensal da motocicleta

manutenção = $((\text{motocicleta} + \text{baú} + \text{sinaleiro luminoso}) \times 0,20) / 12$, ONDE:

0,20 = taxa máxima de 20% para manutenção das motocicletas

12 = número de meses do contrato

Metodologia para cálculo da manutenção dos demais equipamentos

manutenção = $((\text{soma do valor dos equipamentos}) \times 0,005) / 12$, ONDE:

0,005 = taxa máxima de 0,5% para manutenção dos equipamentos

12 = número de meses do contrato

Metodologia para cálculo do valor mensal referente às motocicletas depreciadas e manutenção

$(\text{motocicletas depreciadas} + \text{manutenção}) / NV$, ONDE:

NV = número total de vigilantes que irão utilizar as motocicletas em cada grupo

Metodologia para cálculo do valor mensal referente aos demais equipamentos depreciados e manutenção

$(\text{valor dos equipamentos depreciados} + \text{manutenção}) / NV$, ONDE:

NV = número de vigilantes que irão utilizar os equipamentos em cada grupo

C – Insumos

- I. A Contratante deverá fornecer, mensalmente, a quantidade máxima de combustível prevista no subitem 9.1.4.2 deste Termo de Referência.

Metodologia para cálculo dos insumos

$$\text{combustível} = (\text{preço unitário} \times \text{quantidade mensal de litros}) / \text{número de vigilantes motorizados de cada grupo}$$

25.16.7. MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

A – Custos Indiretos

- I. IN 05/2017 - Anexo I - Definições: os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da Contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas, tais como os dispêndios relativos a:
- a) Funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros;
 - b) Pessoal administrativo
 - c) Material e equipamentos de escritório
 - d) Preposto; e
 - e) seguros
- II. SEGES/caderno técnico/vigilância/MG: os índices utilizados pela FIA para cálculo dos custos indiretos, tributos e lucro tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de São Paulo, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são: Custos Indiretos = 6%

B – Lucro

- I. IN 05/2017 - Anexo I - Definições: ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.
- II. SEGES/caderno técnico/vigilância/MG: os índices utilizados pela FIA para cálculo dos custos indiretos, tributos e lucro tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de São Paulo, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são: Lucro = 6,79%

Metodologia para cálculo do Lucro

$$\text{Lucro} = [(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5}) + \text{custos indiretos}] \times \text{percentual de lucro}$$

C – Tributos

- I. tributos são gastos relacionados com o recolhimento de contribuições, impostos e taxas que incidem diretamente no faturamento, tais como PIS, CONFINS e ISS.
- II. Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 - Art. 3º: o serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador, ou na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:
(...) XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa (...)
Lista de serviços anexa à Lei complementar nº 116/2003
(...) 11.2 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (...)
- III. O quadro abaixo ilustra o índice de ISS de cada cidade onde serão prestados os serviços e seus respectivos grupos:

GRUPO	CIDADE	ISS	LEGISLAÇÃO
1	São João del rei	5%	Lei nº 5.399 de 20 de dezembro de 2017
2	Ouro Branco	4%	Lei nº 2.064 de 05 de janeiro de 2015
3	Divinópolis	2%	Lei nº 180 de 14 de dezembro de 2017
4	Sete Lagoas	5%	Decreto nº 3.215 de 16 de janeiro de 2006

- IV. Orientações sobre PIS e CONFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra - Portal de compras governamentais
<<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1180-orientacoes-incidencia-nao-cumulativa-pis-cofins>>

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre **o aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS).**

Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, cotem na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes (1), podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

Para a **comprovação** das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS **dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da**

proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

- V. Os tributos são calculados sobre o faturamento. Este último corresponderá ao somatório dos módulos 1 a 5 mais custos indiretos e lucro. Tendo em vista que os próprios tributos integram a base de cálculo, utiliza-se um tipo de fórmula denominada “circular” ou “cálculo por dentro”.

Metodologia para o “cálculo por dentro” dos tributos

1º PASSO: calcular faturamento

faturamento = total dos módulos 1 a 5 + custos indiretos + lucro

2º PASSO: total dos tributos

somatório do PIS + CONFINS + ISS

3º PASSO: subtrair o total dos tributos de 100

ex para O GRUPO 1 (São João del Rei):

$100 - (0,65 + 3 + 5) = 91,35$, ONDE:

0,65 = PIS

3 = CONFINS

5 = ISS

4º PASSO: encontrar o quociente

dividir o resultado do 3º passo por 100

ex: $91,35/100 = 0,9135$

5º PASSO: dividir o faturamento pelo quociente

o resultado encontrado será o valor sobre o qual serão calculados os tributos

Metodologia para cálculo do Módulo 6

módulo 6 = custos indiretos + lucro + tributos

São João del Rei 01 de abril de 2020

Fábio Chaves

Diretor da Divisão de Prefeitura de Campus

Gilmar Cândido Rodrigues

Chefe do Setor de Segurança Institucional